



DL-01

Ses. Esp. 09/08/12

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial com o objetivo de discutir o sistema público de assistência técnica e extensão rural na Bahia, proposta pelo deputado Marcelino Galo.

Gostaria de compor a Mesa neste momento para darmos início à sessão. O proponente já está nesta Mesa; o Sr. Secretário de Agricultura, neste ato representando o governador do Estado, Sr. Eduardo Sales; o Sr. Diretor Presidente da EBDA, Elionaldo de Faro Teles; o Sr. Delegado Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Welliton Rezende; o Sr. Coordenador Cleilton Pereira, representante da Secretária de Desenvolvimento Social, Mara Moraes; o Sr. Coordenador de Pesquisa e Extensão Rural, da Faser, nosso companheiro Manoel Saraiva Marques; o Sr. Presidente, nosso companheiro, do Sintragri, Décio Ferreira Amorim; o nosso companheiro, Diretor de Imprensa e Divulgação do Sintragri, José Augusto da Silva Brito; também convidar o Sr. Domingo Aroldo, Diretor Executivo da Embrapa para compor a Mesa; convidar o Sr. Eduardo Rodes, do CREA, para participar desta Mesa.

Então, companheiros, muito boa-tarde! É uma alegria, uma satisfação muito grande para nós recebermos todos vocês neste dia para uma sessão importante, não só para discutirmos o sistema público de assistência técnica, mas também, sobretudo, prestar uma grande homenagem a esses profissionais que fazem um trabalho fundamental. Talvez a sociedade que vive no meio urbano não conheça a importância que tem esse trabalho para o desenvolvimento do Estado e, principalmente, para o desenvolvimento agrícola de um Estado que ainda tem a maior população rural deste País. São quase 6 milhões de famílias que vivem no interior do Estado; desses, 600 mil são pequenos proprietários familiares que precisam desse trabalho fundamental da assistência técnica. Nós que conhecemos sabemos a diferença que faz ter no município um bom extensionista, uma equipe com engenheiro



agrônomo, com técnico agrícola, pedagogo e assistente social fazendo esse trabalho, principalmente junto à população mais pobre.

Então, programas fundamentais do nosso governo como o combate à pobreza no meio rural, como o desenvolvimento da agricultura não podem prescindir da atuação dessa grande empresa, que tem aqui vários companheiros, já de cabelos brancos, que dedicaram toda a sua vida a esse trabalho e alguns dizem que é missão. Missão que merece ser, primeiro, bem remunerada, valorizada e qualificada. A assistência técnica pública é fundamental pelo que vai atender e pelos objetivos que deva cumprir. O Estado ainda é extremamente desigual, apesar de sabermos que somos a sexta economia deste País e somos considerados ricos. Mas a desigualdade e a diferenciação interna são grandes. E a pobreza tem o seu maior endereço, qual seja, além de estar nas periferias urbanas, está, com certeza, no campo e na área rural de nosso estado.

Aqui ficam a nossa homenagem e os nossos sinceros agradecimentos da sociedade baiana pelo trabalho que vocês executam. O nosso objetivo, aqui hoje, é, também, homenageá-los e dar esta oportunidade para que esta Casa trabalhe, formule e conheça este trabalho muito importante para a nossa sociedade.

É por isso que queria cumprimentar e agradecer a presença do nosso secretário Eduardo Sales, representando o governador Jaques Wagner, que demonstra todo o seu carinho e respeito por esses trabalhadores.

Queria, também, agradecer ao nosso companheiro Elionaldo; Décio que, nesses últimos dias, esteve bastante preocupado. E, em nome dele, parablenizo todos pelo trabalho dedicado, pela competência que teve em dar o desdobramento fundamental. Com muita propriedade e tranquilidade, ele soube fazer esta jornada junto com vocês. Os resultados, com certeza, ainda não foram aqueles que todos esperam. Mas, no futuro, vamos alcançar. Contudo, neste momento, foi uma grande vitória para os trabalhadores da EBDA. Então, caro presidente, parabéns!

Quero saudar, também, o nosso companheiro Wellington, delegado federal do MDA; o nosso companheiro e colega Aroldo e o nosso clube da Faser. Agradeço a presença



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA

de todos aqui nesta Mesa. Vamos dar início às falas para fazermos, sem dúvida nenhuma, um grande debate nesta tarde.

Com a palavra o Sr. Décio Ferreira de Amorim.



3749-II

Ses. Esp. 09/08/12

Or. Décio Ferreira de Amorim

Sistema Público de Assistência Técnica na Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Para iniciar, gostaria de chamar o nosso companheiro e presidente do sindicato, Décio Ferreira de Amorim. (Palmas)

O Sr. DÉCIO FERREIRA DE AMORIM:- Boa-tarde a todos. Neste momento, queria saudar o presidente desta sessão, deputado Marcelino Galo, demais componentes da Mesa, companheiros e companheiras, trabalhadores e trabalhadoras guerreiros da EBDA.

Inicialmente, queremos agradecer, de todo o coração, nesta sessão especial, a presença da apresentação dos agricultores familiares, presidentes de associações, sindicatos e outras representações colegiadas.

Queremos, também, fazer um agradecimento especial ao deputado Marcelino Galo que não mediu esforços para viabilizar, junto à presidência desta Casa, um espaço onde pudéssemos ser ouvidos. Muito obrigado, nobre deputado.

Iniciaremos o nosso pronunciamento falando um pouco sobre a história e a formação da EBDA; em seguida, relatarei a crise que atravessamos com graves consequências para os agricultores e agricultura baiana. A EBDA foi criada em 1991 unificando, as atividades de pesquisa agropecuária e de assistência técnica e extensão rural.

Na década de 90, muitos acontecimentos ocorreram e afetaram com gravidade a extensão rural no Brasil e, em especial, a EBDA, que nessa época necessitava consolidar-se como uma nova empresa.

A ascensão de Collor à Presidência da República acarretou a extinção da Embrater, Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, que, além de coordenar ação de extensão rural no País, passava recursos financeiros vitais para o funcionamento das empresas estaduais, principalmente as do Nordeste.



Foi um golpe muito forte, pois com essa medida equivocada deixaram de ser injetados em nosso Estado recursos financeiros federais e internacionais, comprometendo grandes programas e projetos em execução.

Tanto isso é verdade que o atual governo federal já se propõe a criar um novo organismo central de coordenação da assistência técnica e extensão rural.

Paralelamente, no Estado da Bahia, os governantes daquela época, na esteira do desmonte nacional, promoveram de forma insana ações contra a extensão, a exemplo de demissões em massa, sem nenhuma justificativa técnica (em torno de 1.000 funcionários), e o fechamento de 140 escritórios locais, inviabilizando o acesso ao crédito rural assistido tecnicamente a cerca de 120 mil famílias rurais, recursos fundamentais para a manutenção das lavouras e criações.

Nesse mesmo período e igualmente sem nenhuma justificativa, foram leiloados em torno de 230 veículos com menos de um ano de adquiridos com recursos do Banco Mundial. A história agora se repete.

Hoje, a EBDA vem sendo alvo de ações predatórias, orquestradas dentro do próprio governo, com o intuito de promover o seu descrédito junto à sociedade e, com isso, facilitar a sua extinção.

Vejamos:

a) em recentes pronunciamentos, o secretário da Agricultura, com base em fato isolado, vem afirmando a existência de salário mensal em torno de 16 mil reais na EBDA, quando, na verdade, o salário médio de mais de 90% dos técnicos de nível superior, aqueles sem mestrado e doutorado, gira em torno de quatro mil e quinhentos reais. Portanto, abaixo do salário mínimo profissional da principal categoria de profissionais da empresa: engenharia agrônoma.(Palmas!)

b) promovem-se 'chamadas públicas' destinadas a selecionar empresas privadas para prestação de assistência técnica e extensão rural, com injustificada exclusão da participação da EBDA.



c) o governo não vem negociando, de forma objetiva, o pagamento do passivo trabalhista resultante de processos judiciais 'transitados em julgado'. Com isso, a EBDA encontra-se inclusa no banco nacional de devedores trabalhistas da Justiça do Trabalho. (Palmas!)

Somente agora nesta semana de luta, temos que registrar, essas negociações estão sendo reiniciadas.

d) o Plano de Cargos e Salários da EBDA há mais de cinco anos sendo analisado, até hoje, não foi implantado;(Palmas)

e) O governo Estadual, violando a Constituição Federal e Estadual, inclusive contrariando e burlando decisões judiciais, desdenha o concurso público, promovendo a contratação de pessoal para a EBDA de forma indireta e temporária, utilizando outras instituições públicas, já sendo anunciadas novas contratações sem concurso público para substituir aqueles cujos prazos de contratação se esgotaram.

f) Tal situação ilegal, vejam os senhores aqui presentes, vem representando mais de 80% do quadro do pessoal efetivo, sem que lhe sejam assegurados os direitos trabalhistas, além da insegurança no emprego. Desse vínculo laboral precário (no máximo quatro anos), decorre também a descontinuidade dos trabalhos, o desperdício de recursos com qualificação e o não comprometimento com os projetos da empresa.

Finalmente, sem esgotar o rol dos problemas que enfrentamos, a atual diretoria da EBDA, sinaliza a implantação de um PDV (Plano de Demissão Voluntária), totalmente desfavorável aos trabalhadores e sem prévia realização de concurso público.

Todos esses fatos, respaldados por decisões ou omissões do governo do Estado, têm acarretado enormes prejuízos para os agricultores baianos, especialmente os agricultores familiares, sempre. expostos aos efeitos climáticos, pois sem adoção das políticas públicas permanentes que lhes permitam implantar a infraestrutura mínima necessária para a convivência com esses períodos secos e, conseqüentemente, sempre dependentes de políticas públicas emergenciais, como ocorre neste momento.



Senhores e senhoras, é impossível a agricultura baiana sobreviver com essa realidade. sabemos que 60 % da produção alimentar do brasil e da Bahia, são originárias do esforço da agricultura familiar, agricultores descapitalizados e que necessitam de apoio técnico e financeiro do governo, além de outras políticas públicas.

Estudos da EMBRAPA, empresa com conceito nacional e internacional, comprovam que para cada unidade de real aplicado na agricultura, há um retorno de quatro unidades de real.

Portanto a defesa da EBDA é, conseqüentemente, a defesa dos agricultores familiares baianos.

Promover a melhoria das condições de produção e de vida dos agricultores rurais também passa pela valorização de nossa empresa e do seu quadro funcional.

Conclamamos, finalmente, a todos os setores da sociedade que se beneficiam direta ou indiretamente com a agricultura, a fazer uma EBDA rediviva.

Muito obrigado. (Palmas)”

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Agradeço ao nosso companheiro Décio Ferreira.

(Não foi revisto pelo orador.)



3750-II

Ses. Esp. 09/08/12

Or. José Augusto

Sistema Público de Assistência Técnica na Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Registro e agradeço a presença do Tenente Jalmir Rufino, representante do Comando da Base Aérea, coronel aviador Maurício Sampaio; há vários companheiros da EBDA das diversas cidades que, se fôssemos citar iríamos passar a tarde toda; os companheiros da Faser, que já foram citados; do Sintagri, do Sintap; os ex-colegas e sempre companheiros do INCRA que estão na sua luta; quero agradecer as presenças dos companheiros do MDA; os companheiros do CREA; o diretor da EBDA também aqui presente; quero registrar a presença ilustre do vereador Justino Oliveira, do município de Serrinha, também muito preocupado com a situação da assistência técnica; Major César, representante do comando do policiamento regional da capital, representando o Coronel Couto, muito obrigado pelas presenças de vocês.

Agora vamos fazer uma exposição para complementar a fala do nosso presidente, companheiro José Augusto, conhecido de todos nós como Brito.

(O orador faz exposição de slides)

O Sr. JOSÉ AUGUSTO:- Sr. Presidente desta sessão, deputado Marcelino Galo; Sr. Secretário de Agricultura, presidente da EBDA e demais componentes da Mesa, colegas do INCRA, que passam pela mesma amargura que nós. Vamos apresentar algumas tabelas que vão refletir um indicador que se chamam indicadores de alta sensibilidade, porque eles, em si próprios, explicam a situação real que tentamos retratar.

Esta é uma tabela que sabemos que o tipo de esquema não se tem boa visualização, é apenas para dar credibilidade às informações do gráfico que vem a seguir. É uma tabela com base no anuário estatístico de crédito rural que é feito pelo Banco Central.

Como eu conheço bem o gráfico, a linha corresponde a um número de contratos feitos a partir de 2001 até 2011, onde percebemos um volume imenso de contratos de crédito rural realizados aqui na Bahia e que, de repente, tem uma queda importante. Esse volume é



mais alto do que a média brasileira e das demais regiões do Brasil. É importante registrar essa queda e agora vamos comparar com a questão dos valores.

Somente para lembrarmos, aí está o número de propriedades rurais em todas as regiões do País e na Bahia. O Nordeste se situa em torno de 2 milhões e na Bahia, desses 2 milhões, são 600 milhões.

Quando chegamos neste novo gráfico de índice de cobertura do Nordeste das propriedades rurais até quatro modos fiscais de contratos financiados, nós falamos dessa descida e vamos comparar. O da Bahia é o verde. Na hora em que pegarmos o número de contratos financiados, comparados com o Brasil, verificamos que a Bahia permanece numa estagnação completa desde o início da série, em 2001, até 2011. Isso é grave, uma vez que não estamos avançando concretamente no número de contratos de financiamento.

Até mesmo quando comparado com o Nordeste, que possui uma linha descendente muito forte. Sabemos que o Sul mantém-se com uma certa estabilidade. Isso é muito grave! É necessário observar a situação das empresas de assistência técnica do Sul e do Sudeste, comparando-as com as do Nordeste, inclusive com a da Bahia.

É importante fazer essa correlação sem afastar, é claro, outros problemas embutidos no Pronaf/Crédito Rural. Mas também coincide com o brutal desmonte que sofreram as empresas de assistência técnica no Nordeste, especialmente na Bahia, durante este período.

E temos aqui o índice de cobertura das propriedades dos agricultores familiares. É aí que vemos a gravidade da situação do crédito rural na Bahia e em todo o Nordeste. Se vemos a linha do Sul, notamos que a gravidade aumenta.

O Sul e o Sudeste ficam com aproximadamente 80% do crédito rural no Brasil. Isso é muito conhecido, há problemas estruturais dentro do Pronaf que precisam ser resolvidos. A Bahia, por ser o Estado que tem maior número de agricultores familiares, precisa tomar uma posição de liderança no sentido de discutir e propor ao Pronaf as modificações necessárias para acabar com esse problema.



Também vemos a situação de estagnação da Bahia em termos do valor de crédito financiado e de cobertura de crédito nas propriedades: menos de 3%. O grande problema é que esse índice não sobe, ou seja, não há um aumento significativo de novas propriedades de agricultores familiares com crédito rural.

Claro que há diversas questões envolvidas, como a inadimplência e outras tantas. Mas o fato é que a Bahia está deixando de trazer recursos para a economia estadual, indiretamente, através dos agricultores familiares. E sabemos que esse dinheiro, necessariamente, entra em circulação na economia.

Tudo está numa curva descendente. E o pior é sabermos que isso já deve ter aumentado por conta do fenômeno da seca. Sabemos que haverá um volume significativo de propriedades cobertas por crédito, tendo em vista o esforço que está sendo feito com as políticas emergenciais de combate à seca. Mas se não houver qualquer medida de tornar rediviva a EBDA para que ela cumpra todo o seu potencial, a tendência é essa curva, no máximo, permanecer estagnada.

Aproveitando o ensejo, vamos fazer uma observação que é uma causa estrutural dentro Pronaf e que agora com o novo Plano Safra tornou-se mais problemático ainda em relação ao seguinte: no atual Plano Safra, a renda necessária foi ampliada para R\$ 10 mil – é de R\$ 20 mil, mas com o rebate passa para R\$ 10 mil, para que seja considerado agricultor do grupo B.

Isso é excelente e dará muito crédito a muito mais gente. Em princípio parece tudo muito bem, é bom ressaltar que esse quadro aqui foi elaborado pelo projetista, nosso técnico, diretor do Sintagre, Raimundo Costa. Só que passado o empréstimo de R\$ 2,5 mil tornar-se-á praticamente impossível no Semiárido baiano. Foram feitas algumas comparações, e basta dizer que será necessário, uma hipótese, que um agricultor, para ter renda acima de R\$ 10 mil precisará vender vinte garrotes de dez arrobas por ano, no valor de R\$ 1 mil, para poder alcançar essa renda.

No Semiárido, os agricultores familiares ficarão restritos ao crédito de R\$ 2,5 mil, e esse crédito poderá chegar até R\$ 180 mil.



Na agricultura, é quase impossível também passar isso, por causa do limite que não dá para o agricultor. No caso da pecuária, o criador não tem condições de ir avante, até pelas restrições da área. E no caso da agricultura, da mesma forma.

Se não houver uma proposta de modificação de algumas coisas desse tipo, dentro do Pronaf, ficaremos fazendo meramente política compensatória, microcrédito de caráter política compensatória. Isso é grave para os agricultores familiares, pois impossibilita uma ação concreta da área técnica, porque sem recursos não há investimento em tecnologias, é claro, tecnologia sustentável, evidentemente, e isso inviabiliza o crescimento da renda dos agricultores familiares. E ainda exclui dentro do Pronaf uma série de regras uma boa parte da agricultura familiar que tem condições de dar uma resposta econômica mais rápida para dentro da nossa economia.

O que apresentamos aqui é no sentido de demonstrar somente duas coisas: a necessidade de uma EBDA, ou seja, de uma pesquisa agropecuária, de uma assistência técnica de extensão rural, mais forte como: maior número de técnicos, de escritórios.

Queríamos fazer uma comparação por Estado e basta dizer o seguinte: na Bahia só se empresta... Em 2011 foram financiados apenas R\$ 400 milhões, enquanto em Minas Gerais foi financiado perto R\$ 1,8 bilhão, quer dizer, quando se perde de atração, de recursos financeiros para dentro da economia baiana, o fato de não termos uma EBDA muito atuante, com todo um quadro de pessoal, claro que não se espera que vá se cobrir isoladamente pelo EBDA todos os agricultores familiares, não é isso, e sim complementar o seu quadro através de concurso público dentro da amplitude dos seus contratos e convênios que já existem, trabalhando com o pessoal subempregado, na nossa concepção, e fazendo também um trabalho político de mudanças estruturais no Pronaf.

Essa é a posição técnica do Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Área Agrícola do Estado da Bahia.

Muito obrigado. (Muitas palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Quero agradecer ao diretor do Sintagri, José Augusto.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA

(Não foi revisto pelo orador.)



3751-II

Ses. Esp. 09/08/12

Or. Manoel Saraiva

Sistema Público de Assistência Técnica na Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Iremos ouvir, agora, o companheiro que também representa os trabalhadores do sistema, Manoel Saraiva da Faser e, ao mesmo tempo, quero agradecê-lo por sua presença.

O Sr. MANOEL SARAIVA:- Ilustre deputado Marcelino Galo, ilustre secretário de estado da Bahia, companheiros dirigentes do Sintagri, ilustre dirigente da Embrapa de Cruz das Almas, já fui companheiro da Embrapa na década de 1970. Estava conversando com um companheiro, há pouco, dizendo que a minha especialidade ainda era o melhoramento genético do feijão. Mas, desde 1999, me especializei em sindicalismo. Deixamos a pesquisa agropecuária para nos dedicar às questões trabalhistas deste segmento.

Demais companheiros presentes, saúdo a plenária na pessoa de Dona Zenóbia que é uma extensionista querida de todo Brasil. Dona Zenóbia é a musa da Faser (palmas), querida por todos os sindicatos e amada por todos. Senti uma grande alegria ao ver Dona Zenóbia participando desta sessão especial. Trazemos o nosso abraço da Faser a esta querida baiana amada em todo Brasil pelos 16 mil extensionistas do Brasil que a abraçam e afagam. (Palmas) Saúdo aos demais companheiros, trabalhadores da extensão rural da Bahia e autoridades presentes.

Quero falar da nossa solidariedade ao movimento dos trabalhadores da Extensão Rural da Bahia. A Faser, em seus 28 anos de existência, tem procurado ser a voz da extensão rural do Brasil; tem procurado, nos recônditos do Brasil e também na capital do Brasil, reivindicar direitos, conquistas e ações para a extensão rural e, em especial, para a agricultura familiar brasileira.

A Faser esteve presente em todos os momentos decisivos da agricultura familiar. Estivemos presentes na construção e reestruturação do Pronar nos primeiros gritos da terra. Levantamos e empunhamos a bandeira de que a agricultura familiar – esta agricultura que



põe 70% do alimento na mesa da população brasileira – é oriunda da capacidade dos extensionistas brasileiros de fazer com que o pequeno agricultor, muitas vezes vitimado pelas políticas públicas, possa ter um pouco de dignidade.

Quando falamos em agricultura familiar, nós nos reportamos ao estado da Bahia, dizendo que a Bahia tem, hoje, mais de 600 mil agricultores familiares. A EBDA alcança um pouco mais de 110 mil agricultores familiares. É um universo muito grande. É um desafio enorme universalizar esta assistência técnica. É necessário que a EBDA envie esforços para que, pelo menos, 50%, média nacional dos agricultores familiares, sejam alcançados pela fê pública oficial.

Meu nobre deputado e Exmº Sr. Secretário de Estado, além da assistência técnica, nós vemos a importância deste agente público chamado extensionista rural. A presença do extensionista rural é muito significativa. Aliás, é tão significativa quem, em muitos municípios não só da Bahia mas também do Brasil, este assistente técnico é o único agente que representa o governo do estado, o governo federal e, muitas vezes até, o governo municipal. (Muitas palmas)

É este extensionista que, muitas vezes ali desvalorizado, muitas vezes sem condições de executar a sua função pública; muitas vezes necessitando de um veículo, às vezes até novo, mas sem combustível, que necessita de um GPS para georreferenciar a propriedade e não dispõe de um computador para lançar as DAPs, quando, muitas vezes, nas suas horas de descanso pela madrugada é que consegue fazer com que chegue ao Ministério do Desenvolvimento Agrário o fruto do seu trabalho diário, e que muitas vezes não é reconhecido nem valorizado (Palmas).

É esse agente público chamado extensionista rural que faz com que as cisternas muitas vezes cheguem até a propriedade, ao pequeno sítio, a micropropriedade, fazendo com que o agricultor, ainda no dia de hoje, não tenha direito a um bem universal, a um bem essencial que é a água.

O Brasil tem uma dívida de 500 anos para com o Nordeste brasileiro. É uma dívida que precisa ser paga; é uma dívida que nós não podemos mais, como sociedade,



aceitar que o homem nordestino e o do Nordeste de Minas Gerais esteja mendigando um carro-pipa para poder ter acesso a dessedentar a sua sede (Palmas).

Eu digo que é uma vergonha nacional o nordestino ser humilhado para matar a sua sede. E muitas vezes o extensionista rural não pode nem sequer fazer com que esse bem essencial chegue ao pequeno agricultor rural.

Nós entendemos que a agricultura familiar, o profissional de extensão rural precisa ter condições, dignidade, de fazer com que a água, a saúde, a educação cheguem aos municípios, às vilas, com qualidade e gratuita. É dever do Estado (Palmas).

Companheiros, nós entendemos, e uma das coisas que temos dito nos últimos dias, é que o filho do agricultor familiar precisa ter orgulho de ser filho de agricultor. Nos dias de hoje o filho do agricultor tem vergonha de dizer que é filho de agricultor familiar, porque quando ele vem para a cidade, as meninas não querem namorá-lo porque é pobre e filho de agricultor.

Eu digo que nós precisamos ter uma agricultura familiar em que os filhos dos nossos agricultores tenham orgulho em dizer: o meu pai é agricultor; que as moças da cidade digam: eu posso casar com o filho de agricultor, porque ele tem dignidade, ele vai zelar pelo futuro dos nossos filhos, ele vai dar bem-estar à sua esposa. Mas para que isso ocorra é necessário que haja o comprometimento dos governos estaduais. E esse comprometimento já tem sido dado no governo federal através do companheiro Lula que redefiniu, reprogramou, requalificou o programa nacional da agricultura familiar.

Desde 2003, o Brasil tem procurado tirar da miserabilidade os trabalhadores do campo. Dos 40 milhões que tínhamos, o governo Lula tirou quase 30 milhões da linha da pobreza, da linha da miséria. Mas ainda existem 14 milhões, principalmente de agricultores familiares, no campo. E desses, oito milhões são agricultores familiares e filhos de agricultores familiares.

O Brasil Sem Miséria é um desafio. E o Brasil Sem Miséria só será executado se os extensionistas tiverem condições de levar essa política, de fazer com que a propriedade



seja produtiva, de fazer com que a propriedade ofereça renda para que o proprietário rural, o agricultor familiar tenha dignidade e tenha orgulho de ser agricultor.

Eu digo que temos grandes desafios – deputado e secretário de Estado. E o grande desafio passa pela implantação de uma política nacional de assistência técnica e extensão rural, mas não esta que vem sendo praticada no momento, onde, muitas vezes, o extensionista é candidato ao Programa Brasil Sem Miséria (Palmas). Os salários são tão aviltantes que muito administrativos das Ematers do Brasil, inclusive Acre, Maranhão e Piauí, que estão em situação ainda piores do que a Bahia, estão perto de serem enquadrados dentro das condições e requisitos dos programas sociais do governo. Como o extensionista vai prestar um trabalho de qualidade se ele mesmo não tem dignidade para oferecer e condições de trabalhar? (Palmas)

O Sr. Liberino:- Qualquer semelhança não é mera coincidência.

O Sr. MANOEL SARAIVA:- É verdade. Como é que o extensionista vai prestar uma assistência técnica de qualidade, gratuita, quando, muitas vezes, ele já está requerendo assistência social para sobreviver?! Daí vemos que a política nacional até ela passa pela sua readequação, a sua reestruturação.

A Bahia sempre foi exemplo para o Brasil. A Bahia sempre foi exemplo quando a Epaba, depois a EBDA, a Emater-Bahia (Palmas), trouxeram para o Brasil a necessidade de que a junção dessas duas atividades poderia qualificar as ações da pesquisa fazendo com que saíssem das prateleiras e chegassem à pequena propriedade. Mas o que temos colhido nos últimos anos... Hoje, pela manhã, eu estava olhando o quadro de fotografias do Sintagri e em alguns deles me localizei – 2001, 2002, 2005, 2008, 2009. No primeiro mandato de Dourado, antes de Dourado já se discutira a reestruturação da EBDA. O que temos visto hoje, já dez anos depois, a mesma discussão e a essência do mesmo problema (Palmas)

Vou adiantar um pouco a minha falação dizendo que o Brasil agora se prepara para receber uma nova entidade de extensão rural, o ressurgimento da entidade anunciada pela presidenta Dilma que, embora não tenha sido com o melhor assessoramento, foi anunciada graças à eloquência da senadora Kátia Abreu. Mas sabemos que Brasil precisa de



um Ministério, de uma entidade que congregue, reúna e coordene os recursos da extensão rural que hoje são pulverizados em 17 ministérios e entidades nacionais, e que precisam ser centralizados esse mais de dois bilhões de recursos para ações da Ater pública. Hoje restam apenas R\$ 600 milhões no Ministério do Desenvolvimento Agrário, insuficientes para atender os mais de quatro milhões de agricultores familiares, de propriedades classificadas como de agricultores familiares no Brasil. Daí vemos que essa nova entidade de Ater precisa encarar definitivamente o problema da pobreza rural. É preciso que o homem do campo comece a encontrar dignidade e tenha ações e políticas públicas disponíveis, que ele tenha acesso não só à energia, mas que ele tenha acesso à educação, saneamento, saúde e, principalmente, à água. A Água precisa ser universalizada.

A segunda coisa que nós falamos é que essa nova entidade de Ater desafia, nessa coordenação dos recursos, fazer com que o sistema Emater, o sistema oficial de Ater pública possa ter as suas ações implementadas e concretizadas; que as ONGs sejam entidades complementares, realizem, e as chamadas públicas sejam direcionadas para as Organizações Não Governamentais como ações complementares nas Ematers. (Palmas) Onde a Emater não estiver, quando não for possível realizar o concurso e ela não puder estar presente, que a ONG seja contratada para prestar assistência a esse agricultor desassistido, porque, secretário, já temos os recursos. São 2,2 bilhões que os Estados dispõem para a assistência técnica, incluindo os salários das Ematers, e quase 2 bilhões pulverizados em 17 entidades nacionais que muitas vezes somem pelo ralo, sem nenhuma destinação.

Os Estados estão fazendo uma parte da sua responsabilidade, mas é necessário que tenhamos no terceiro viés dessa nova entidade a valorização do trabalhador e a terra. Não podemos conviver com o o extensionista do Distrito Federal, que tem salários superiores a R\$ 20 mil, nem com o extensionista do Acre, que recebe abono para complementar um salário mínimo. Não podemos conviver com essas desigualdades. Entendemos que o extensionista tem valor, importância, significância. E esses agentes públicos necessitam ser pessoas em que os municípios, os cidadãos possam encontrar não só a assistência, mas também ver neles referenciais. E precisamos como extensionistas levar para este Brasil rural



que o filho e o neto do agricultor não se envergonhem nem necessitem vender a sua terra e vir para as favelas das cidades para serem muitas vezes mortos pela polícia como bandidos e traficantes. Sem falar em as filhas dos agricultores familiares serem empregadas como prostitutas nas nossas capitais. (Palmas!)

Finalizo lançando dois desafios a esta plenária: primeiro, o grande desafio de que nós requalifiquemos a nossa EBDA. Temos dois viés. O companheiro Elionaldo desafiado. Coincidentemente estava aqui na sua posse. E, segundo, o desafio de levantar as necessidades internas da empresa, conhecer os seus ambientes interno e externo, a relação dela com a sociedade, esta Casa, o Palácio, o agricultor familiar e os movimentos sociais, que o companheiro conhece tão bem. O que é que pensam, o que esperam e como é que eles esperam que a EBDA aja complementando a sua existência, a sua importância para este Estado. E o terceiro viés implementando desafios com metas ousadas para que a EBDA seja uma referência na extensão rural brasileira.

Muito obrigado. O abraço da nossa Faser e do nosso Sintagri de Pernambuco aos extensionistas da Bahia. (Palmas!)

(Não foi revisto pelo orador.)



3752-II

Ses. Esp. 09/08/12

Or. Eduardo Salles

Sistema Público de Assistência Técnica na Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Quero agradecer ao nosso companheiro Manoel Saraiva pelas suas palavras.

Pediria licença a vocês para registrar aqui uma presença especial da nossa amiga Maria de Lourdes da Silva, de Itaetê, onde em 1982, quando fiz concurso para a Emater, fui designado a trabalhar. Lá compúnhamos uma equipe de campo, e ela era muito dedicada e empenhada. (Palmas!)

Registro também a presença do deputado Bira Corôa. Muito obrigado. E do nosso companheiro Valdimário Beltrão, que é o presidente da Associação de LGBT de Canavieiras, aqui presente também, e também os guardas, os nossos companheiros fiscais federais da agricultura, que também estão em luta. Uma salva de palmas para todos os nossos companheiros. (Palmas.)

Dando continuidade, vamos ouvir Eduardo Salles, o nosso Secretário da Agricultura do Estado da Bahia, inclusive queria fazer aqui um agradecimento pois ele logo que foi solicitado, ele se empenhou no sentido de manter contato com o Governador para que chegássemos a um bom termo nessas negociações. Muito obrigado, Secretário, neste ato aqui representando o nosso Governador Jaques Wagner!

Concedo a palavra ao Secretário Eduardo Salles.

O Sr. EDUARDO SALLES:- Boa-tarde a todos e a todas, gostaria de cumprimentar o deputado Marcelino Galo, parabenizá-lo por esta sessão importante, Neste momento importante de discussão do coração da agropecuária baiana, que sem dúvida é a questão da assistência técnica. Queria cumprimentar também o deputado Bira Corôa, vocês dois sempre ligados às questões da agropecuária, queria cumprimentar o Décio e o Brito e em nome deles cumprimentar todos os demais funcionários da EBDA aqui presentes, Eleonaldo, também colega de vocês e agora presidente da EBDA e em nome dele



cumprimentar toda a diretoria da EBDA aqui presente. Também o Manoel, que falou muito bem sobre as questões gerais da assistência técnica a nível federal, inclusive, queria cumprimentar Domingos Haroldo, nosso chefe da Embrapa de Cruz das Almas, a Embrapa Fruticultura e Mandioca, que tem uma importância fundamental para o Estado. Cumprimentar também Wellington, o nosso delegado regional do Ministério do Desenvolvimento Agrário e também os representantes das Sedes e demais diretores do sindicato.

Queria dizer a vocês que é muito importante para mim estando secretário da agricultura e que costumo sempre dizer, Marcelino, que é uma coisa passageira, isso não tem vaidade, estamos secretário de agricultura em um período da nossa vida e Eleonaldo também está presidente da EBDA neste momento e a dizer a vocês funcionários que, na verdade, a agropecuária baiana é um dos setores mais importantes dentro do estado, dentro da sustentabilidade do estado, isso porque os números por si só demonstram o que é a agropecuária baiana. Na verdade, 24% do PIB do Estado da Bahia vem da agropecuária, 30% dos empregos vêm da agropecuária, 42% das exportações do nosso Estado vêm da agropecuária, e como Marcelino falou 35% da nossa população está no setor rural. Quer dizer a maior população rural do país é a população rural baiana.

Temos o maior número de agricultores familiares do Brasil, 665 mil famílias de agricultores familiares e que representam 15% de todos os agricultores familiares do país. O MDA costuma sempre dizer que tudo é grande para a Bahia, então, o número da agricultura familiar da Bahia, sem dúvida, qualquer modificação que se faça no número da agricultura familiar da Bahia faz-se no número da agricultura familiar brasileira.

A Bahia é um estado com a extensão de 56 milhões de hectares, sendo 60% dessa área no semiárido. Quer dizer, 265 municípios da Bahia no semiárido dos 417 municípios. Então, tudo isso por si só, e aí podíamos dizer mais, o maior rebanho caprino, o segundo maior rebanho ovino, o terceiro maior rebanho leiteiro, o maior rebanho de equídeos, os números são grandiosos em tudo. O maior produtor de mamonas, o maior produtor de sisal, o maior produtor de manga, o maior produtor de mamão, o maior produtor de coco, o



segundo maior produtor de laranja do país, o segundo maior produtor de borracha natural, e aí digo a vocês, a maioria, pelo menos uns cinco produtos nós somos um dos maiores produtores.

Então, volto a dizer isso, é importante dizer que a Bahia por si só é uma Bahia agropecuária, ao longo que estou secretário, há dois anos, sentamos lá na secretaria e vimos que faltava um planejamento para esse setor tão importante, vimos que todo mundo que chegava, na verdade, fazia um plano de secretário e a coisa não era um plano com a visão mais ampla, mais longa. Vimos a realidade fundamental, que era o motivo maior desse nosso momento aqui. Vimos que a EBDA se encontrava totalmente sucateada, e o governador Jaques Wagner, no momento que recebeu essa empresa de tamanha importância... E eu vejo Marcelino, uma pessoa que teve uma presença na empresa, como eu, que comecei a minha vida profissional como estagiário da Emater, sei a importância dessa empresa. E estando agrônomo, acho que é importante a gente dizer isso, depois de 30 anos, a gente tem um secretário da Agricultura que é engenheiro agrônomo. Eu conheço um pouco esse drama e essas dificuldades que a gente tem no nosso setor, especialmente na Emater, hoje EBDA. Então, o primeiro ponto, quando o governador assumiu, o grupo de transição, e aí eu não estava nesse grupo, tinha duas decisões a tomar com a Emater. Uma primeira decisão era fechar a Emater, sucumbir a EBDA e montar uma nova empresa. E a outra opção era revitalizar a EBDA, buscar sanear o que tinha de problema e tocar. Talvez o momento mais difícil era essa decisão.

Segundo o secretário César Lisboa, houve uma divergência de parte desse grupo e outra parte, se colocando uns a favor, outros contra. Pois bem, a decisão do governador, a meu ver, acertada, foi de manter a EBDA. Por que digo acertada? Falo isso em alto e bom som, com a tranquilidade maior, e sempre falei desde que entrei na secretaria.

Os funcionários da EBDA são heróis da resistência, são o grande patrimônio da EBDA, o patrimônio da EBDA não são seus carros, não são seus prédios, o patrimônio são seus funcionários. Claro que, como em qualquer outra empresa, tem funcionários bons e ruins. Não estou aqui de forma alguma defendendo o funcionário que não quer trabalhar, o



funcionário que não quer arregaçar as mangas e buscar fazer a sua obrigação, ainda que seja com um salário que considere digno ou não. Se ele não considera digno, cabe a ele pegar o boné e ir embora, mas não ficar sem trabalhar. Então, de forma alguma, defenderei aqui o funcionário da EBDA que não quer trabalhar, esse para mim é indefensável. Mas defendo, sim, aqueles funcionários da EBDA que são a história viva, que, a todo momento, como foi falado aqui... E eu, quando entrei no governo, fiz questão de levar os diretores da EBDA para apresentar à Casa Civil e mostrar a importância da EBDA. Dentro do próprio governo a gente se deparava em certos momentos com pessoas colocando que a EBDA não trabalhava. Mas as pessoas não tinham noção do que era a EBDA.

A importância da EBDA para o Estado é tão grande que, quando se procura fazer uma vacinação, por exemplo, no Estado, quem vai aos grotões levar o pessoal da Secretaria da Saúde para fazer o trabalho é a EBDA. Quando se precisa fazer uma matrícula de escola naqueles grotões, quem vai lá é a EBDA. Quem conhece os grotões da Bahia é a EBDA.

E eu, como conheço - acho - cada canto da Bahia, sei das dificuldades, eu sei valorizar isso perfeitamente. Mas volto a colocar isso bem claro: esse funcionário tem história, ele se dedica e sabe a importância dele, mesmo, volto a dizer, com salário que todos nós sabemos que não é o que merecem esses trabalhadores da EBDA.

Mas o governador, volto à história, encontrou uma empresa sucateada, uma empresa que tinha não só o problema dos salários, mas também o problema de um passivo trabalhista, passivo de fornecedores, carros sucateados. O governador Jaques Wagner encontrou uma empresa totalmente sucateada. E isso é notório, todos vocês da EBDA sabem e toda a comunidade agropecuária da Bahia sabe perfeitamente. O governador teve a coragem de dizer: Vou recuperar essa empresa, mesmo com todas as dificuldades dela, porque eu vou valorizar esses funcionários. Imediatamente, naquele momento, o governador sentou com o sindicato e as negociações se iniciaram e viu-se que teria que ser pago o acumulado de dívida com os trabalhadores era um valor X. E o governo acertou com os trabalhadores um aumento naquela altura real, real que digo dentro do que se devia, na conta dos trabalhadores muito mais o percentual, mas se acordou dos dois lados em 30% para essa



bola de neve não continuar a crescer. Então, o governador, naquele momento, definiu com os trabalhadores 30% e acertou de se tocar para frente para poder avançar na questão da negociação.

Sei que houve a demora em relação ao que foi acordado da negociação, mas digo a vocês, quando entrei na Secretaria, ainda como chefe de gabinete, fui colocado com o antigo secretário Roberto Muniz como uma pessoa de interlocução nesse processo, e a partir dali fui entender os detalhes da EBDA, dos funcionários e o que se desejava. Então, colocou-se na mesa os problemas que tínhamos, a questão da Planserv, a questão de um acordo de 2006 que se falava que não foi cumprido no governo passado e que tinha que se dá um nível hierárquico acima, e aquilo ali era iminente, importante, e a questão do passivo, que o sindicato, os trabalhadores todos colocaram, e disseram: secretário, nós queremos sentar à mesa para discutir, porque não havia discussão, as discussões estavam paralisadas. E aí sim, sentamos à mesa e fomos discutir todas essas questões – francamente, com sinceridade, olho no olho, em nenhum momento acho que faltou, de nenhuma das partes, a vontade de resolver o problema.

E dali fomos: a questão do Planserv – o secretário Manoel Vitorio abriu, conversamos, ele abriu a possibilidade, sim, da questão dos aposentados estarem inseridos, e aí conversamos com o sindicato. Sei que hoje ainda consideram que o valor é muito alto, mas o que foi pedido naquela altura foi a possibilidade de inserção, e assim fizemos e conseguimos.

A questão do acordo de 2006 que não havia sido cumprido, não prometido por este governo, mas governo é governo, e nós fomos lá e cumprimos, demos 5,5% de aumento real naquele ano, julho de 2010, que equivalia àquele nível hierárquico, e fomos para as discussões do passivo. Um passivo que é dividido em duas questões difíceis – uma questão que é a URP – uma questão não só da EBDA, não só EPABA e EMATER-Ba, mas que concebe ao Estado inteiro. Existe um problema dessa numa dimensão enorme, os recursos disso aí são coisas fabulosas, que o governo do Estado supera um percentual fabuloso do orçamento do Estado. Então, é uma questão difícil de ser resolvida, não é que não seja



merecida, não é que o governador não queria resolver, é uma questão difícil de ser resolvida por se tratar de uma questão de todo o Estado.

E aí sentamos na mesa para tentar resolver esse problema como um todo, um problema que naquela altura era colocado na mesa, que ninguém na verdade tem esses cálculos, mas se supunha valores bem altos, e naquele momento tivemos diversas reuniões. O que nos foi solicitado como secretário fizemos, sentamos na mesa para negociar, pela primeira vez, segundo o próprio sindicato. E fomos várias vezes com o sindicato, conseguimos trazer o secretário da Fazenda, Carlos Martins, para o Conselho de Administração da EBDA, que acho que foi muito importante para ele entender a dimensão do problema, que não era pequeno, era grande, e a partir dali, palavras dele próprio no Conselho, ele nunca se debruçou tanto sobre um assunto como a questão da EBDA, isso o secretário da Fazenda falou com testemunhas, diversas pessoas aqui do Conselho de Administração. Sentamos por diversas vezes. Fizemos algumas propostas – uma, duas, três propostas tentando resolver aquele bojo maior que era a questão do passivo como um todo. E vimos que os números não iam encostar, não iam chegar nunca, e a partir dali começamos a tocar e a discutir.

E aí é importante voltar um pouco, dizer que quando o governador pegou a EBDA, de lá para cá ele já comprou 500 veículos novos, quase 2 mil computadores entre lap tops e computadores fixos, reformou sedes e diversos escritórios do interior, comprou GPS, enfim, equipou a EBDA, até cadeira para sentar não se tinha na EBDA.

Então, isso foi feito para dar uma condição de trabalho. Foi-se em cima de muitas coisas, porque se sabe que tem muito a fazer. Ninguém, de forma alguma, disse que o assunto foi resolvido. A questão é que avançou em cima do que a empresa estava, da forma que a empresa estava. Daí vem a questão. Nós vimos vocês colocando a questão de contratação.

O que é que é, aí vamos ver a assistência técnica no estado, o que é que é assistência técnica no Estado. Nós vemos que o Estado da Bahia tem 665 mil famílias de agricultores familiares. Numa proporção, que é a sugerida pelo MDA, de um técnico para



cada 100 agricultores familiares, nós teríamos que ter aqui no Estado da Bahia, 6.650 técnicos na EBDA mais o pessoal administrativo, em torno de 7.500 técnicos, entre técnicos administrativos para fazer a gestão dos agricultores familiares do Estado da Bahia.

Então, pensem bem, seria a maior empresa do país em termos de empresa mista, de capital misto. Para universalizar a assistência técnica, o que é que todos vocês sabem e nós sabemos? Existe um limite prudencial do governo do Estado, ele tem, já está próximo a este limite prudencial; algumas vezes chega a ultrapassá-lo. Então, qual a dificuldade do Estado, qual a dificuldade do governador Jaques Wagner em contratar e fazer dessa empresa uma única de assistência técnica?

Nós não temos como contratar. Então, aí, olho no olho, temos que ser sinceros, não adianta, o governador não vai poder passar por cima das leis; ele não vai poder contratar essas pessoas. Então, qual o objetivo, como foi falado aqui. Para universalizarmos um dia a assistência técnica no Estado, a gente precisa ter uma operação mista, uma operação que tenha, na minha visão, a capacidade e a importância da EBDA, principalmente na coordenação desse trabalho, porque quem tem que coordenar esse trabalho de assistência técnica no estado, tem que ser quem? Quem tem a *expertise* em coordenar isso, que é a EBDA.

Então, a EBDA precisa, na nossa visão. Qual a meta que foi assumida e estipulada? É que hoje a EBDA, realmente, tem funcionários, contratados através do sistema Reda e que hoje fazem esse trabalho há 2 anos, renovado por mais 2 anos. Tem razão, o Décio, tem razão o Brito, quando colocam claramente, em todo sindicato, que essas pessoas são treinadas, capacitadas e depois quem perde é o estado, por não ter a contratação.

Mas, minha gente, aí eu volto para vocês. Sou engenheiro agrônomo e acho um absurdo fazer um concurso público, como foi feito na EBDA, no governo passado. O Joaquim, quando era presidente da EBDA e o antigo secretário de Agricultura fizeram um concurso pagando 900 reais de salário para o engenheiro agrônomo. Hoje, a maioria desses funcionários já não estão mais na EBDA. Eu, como engenheiro agrônomo, não tenho coragem, digo a vocês que não tenho coragem de pagar, hoje, mil e poucos reais de salário



ao engenheiro agrônomo. Porque não acho justo, sou engenheiro agrônomo, e não acho justo.

Portanto, é muito mais fácil, na minha visão, a gente trabalhar, agora, para reestruturar a EBDA, trabalharmos tudo que tem que ser feito na EBDA, como estamos fazendo agora. Aprovamos no COP a reestruturação da EBDA, conforme o sindicato solicitou e a diretoria colocou constitucional. Nós aprovamos no COP uma reestruturação administrativa de todo modelo para que a EBDA possa funcionar.

Precisamos trabalhar o que foi falado pelo Décio aqui, no seguinte. Hoje a EBDA tem 1.200 funcionários, desses 1.200 funcionários 580 estão aposentados. Olhem bem, a maioria desses funcionários, inclusive, são a história viva da EBDA. Esses funcionários, na minha visão, não podem sair agora. Muitos deles não podem nem se aposentar, porque a EBDA precisa de alguém, é igual à corrida de bastões, aquela corrida de revezamento. Essa turma, que é a história viva da EBDA, é o cantinho da vida, e podia citar vários outros, mas estou dizendo o cantinho no caso da pecuária de leite.

Ele sair da EBDA, neste momento, ele não passou o bastão para ninguém. Ele não pode sair sem que alguém ao lado possa aprender o que o governo gastou com ele ao longo do tempo, da história, porque pensem quantos cursos, quantas coisas, quanto ele se dedicou, quanto ele errou e quanto ele acertou. Essa experiência dele vale muito, vale uma fortuna.

Então considero que temos que pensar em como fazer a transição desses aposentados, porque, segundo a folha de pagamentos, tem gente com 83 anos de idade.

Quando eu falei, Décio, de 16 mil, é uma pessoa só, e vocês sabem quem é essa pessoa, eu não posso falar. Só é um. Mas é porque a SAEB, Secretaria de Administração, falava sabe o que, Décio? Que da turma mais antiga da EBDA todos foram incorporando salários e alguns têm os salários maiores, inclusive, um deles que foi citado ganha 16 mil, só um. Então não foi dessa forma que foi falado.

(Várias pessoas se manifestam ao mesmo tempo.)

Então não é geral, gente. Sabemos, volto a dizer, a história antes. Quem é que sabe o salário da EBDA? O salário inicial da EBDA, hoje, é mil reais. Então todo mundo sabe



exatamente que são poucos os que ganham muitos e muitos que ganham pouco. Todos nós sabemos disso, isso é regra básica. Muitos ganham pouco e poucos ganham muito. O que estamos querendo é que a turma que não trabalha, ou que a turma que ganha muito e não trabalha, dê espaço para que possamos renovar e fazer isso com a EBDA. Mas o que é necessário? Precisamos trabalhar a reestruturação como um todo para que avancemos num plano de cargos e salários que tenha, pelo menos, um salário inicial de 2500 ou 3000 reais para que o agrônomo entre na EBDA com dignidade, senão ele vai entrar na EBDA com mil reais de salário e vai sair logo depois como os outros fizeram. Não adianta a gente gastar...

(Alguém se manifesta dizendo: Salário mínimo profissional!)

... agora, capacitar, treinar, uma pessoa de mil reais e depois essa pessoa aprender e sair da EBDA. Então acho que temos que dar passos e mais passos para que possamos avançar.

Queria colocar para vocês algumas coisa, inclusive em relação ao que foi falado pelo Décio. E aí colocar, Décio, primeiro, a questão das chamadas públicas.

Foi aprovada nesta Casa por unanimidade, o deputado Marcelino Galo foi o relator, a lei de assistência técnica e extensão rural mais moderna do país. Todos os deputados desta Casa aprovaram por unanimidade uma lei de assistência técnica das mais modernas. Nela se prevê as chamadas públicas justamente para fazer essa complementação. Qual é a ideia nossa hoje? Isso pode ser mutável. Entendam bem, o secretário da Agricultura, o governador Jaques Wagner, acho que esta Casa, todos os deputados, os sindicatos, vocês trabalhadores, estamos abertos sempre para conversar, para mudar, para tocar tudo para frente. Ninguém é o dono da verdade. Saibam que como secretário não tenho a menor vaidade para dizer a vocês que na hora em que for para conversar, vocês me conhecem e sabem que vamos conversar, vamos discutir os problemas sempre frente a frente com sinceridade e honestidade de cada um.

Qual é a ideia nossa? Temos 665 mil agricultores familiares. Nossa ideia é que a EBDA vai dar assistência técnica para 200 mil agricultores familiares. Para dar assistência técnica a 200 mil agricultores familiares, ou 180 que era a conta que se fazia, vamos precisar



que a EBDA tenha 2 mil e poucos funcionários contratados, com todo o treinamento e capacitação para isso. Para os outros 460 mil agricultores familiares seria feita a assistência técnica através da Ceplac, dos movimentos sociais, da iniciativa privada, das prefeituras, através de chamadas públicas federais e chamadas públicas estaduais. Na minha visão, quanto mais pulverizadas melhor para que possamos fazer com que até um ex-funcionário da EBDA possa ter uma empresinha... Porque acho que um funcionário que se aposenta da EBDA tem toda expertise, toda condição de gerir 5 ou 6 técnicos e, naquela região ou naquele território, prestar assistência técnica com alta qualidade.

Então acho que esse caminho das chamadas públicas estaduais e federais vai suprir para termos a universalização dessa assistência técnica no Estado da Bahia, que é um sonho nosso.

A nossa ideia é que até o final desse ano, deputado Marcelino Galo, nós devemos chegar a 400 mil agricultores familiares atendidos. Tivemos papéis importantes, até desses Redas, porque conseguimos por exemplo um convênio de 80 milhões de reais com o INCRA para que pudéssemos fazer assistência técnica nos 553 assentamentos do INCRA no Estado. São 35 mil famílias que não tinham assistência técnica e, através desse programa de parceria do governo federal com o governo estadual, conseguimos colocar e implantar esse programa que tem sido um sucesso. Pode haver erros e acertos em alguns lugares, mas na base tem funcionado e tem avançado dentro do processo. Então, essa é a questão das chamadas públicas que eu tinha para falar.

A questão da falta de concurso público já foi falado, sobre a descontinuidade já falei. A questão do crédito que Brito falou, só para dar um exemplo para vocês, cito em todos os momentos a importância desses funcionários da EBDA. Na verdade, quando em 2006 nós pegamos o dado, o número de datas que é a declaração de aptidão ao Pronaf, eram 80 mil na Bahia.

Pois bem, fizemos um trabalho com a DAP Off-Line. Veio o pessoal de Brasília, nós propusemos porque quando entramos na Secretaria vimos que não tinha jeito de emitir DAP daquele jeito que era emitido on-line. Fizemos a sugestão da DAP Off-Line, o MDA



fez um projeto piloto aqui. Em Casa Nova foi feito esse projeto piloto com os funcionários da EBDA, e o Ministro de Desenvolvimento Agrário falou-me que foi um exemplo o município de Casa Nova com todos aqueles funcionários da EBDA, que fizeram com que a questão da DAP Off-Line se tornasse realidade. Hoje a Bahia tem quase 500 mil DAPs emitidas no Estado.

O seguro garantia safra. Eram 6 mil o seguro garantia safra no Estado da Bahia, em 2006. Hoje, vamos fazer essa safra agora, tivemos 150 mil, e vamos para 200 mil nessa safra agora neste ano. O governador com a importância que dá a isso, deputado Marcelino Galo, paga a metade, é o único Estado do Brasil que paga a metade da parte do agricultor familiar e a outra metade é parte da prefeitura. Alimentos: o Estado é o único que paga juros zero, outros lugares pagam 2% de juros, juros zero somente aqui na Bahia. Nós saímos em 2008/2009 de 206 contratos de 8,7 milhões para, em 2009/2010, 2.326 contratos de 68 milhões. É pouco ainda, mas a pessoa está comprando um trator, um caminhão com esse dinheiro.

Pronaf. Sobre o que Brito falou ele tem razão. Em 2005/2006, tivemos 155 mil agricultores que pagaram crédito, 435 milhões de crédito naquela altura. Em 2009/2010, cem mil pegaram crédito, descemos de 155 mil para 100 mil e 430 milhões de crédito. O crédito é mais ou menos o mesmo para o número de agricultores familiares. Quando o governo Jaques Wagner assumiu aqui e fomos a MDA, eu como chefe de gabinete, fizemos um levantamento dos bancos, havia 220 mil agricultores familiares endividados. Por quê? Eu venho na origem.

A empresa EBDA sucateada, descontente, a questão salarial a ser resolvida naquele momento, a questão do sucateamento e dávamos uma assistência técnica a 80 mil agricultores familiares e crédito para 155 mil agricultores familiares. Se a maioria dessa turma pegou crédito e não tinha assistência técnica, com certeza o dinheiro não ia para o lugar certo, não ia gerar produção, conseqüentemente, gerou a inadimplência de 220 mil agricultores familiares. Quer dizer, um terço de todos os agricultores familiares da Bahia estava endividado há 4 anos. Daí, com todas as leis, a 2249, todas as outras resoluções, a



anistia para quem devia até 10 mil reais, nós agora temos ainda um perfil de 140 mil agricultores familiares endividados e inadimplentes no Estado da Bahia. É ainda um número absurdo, deputado Marcelino Galo, e que tem que ser ajustado.

No lançamento do plano safra, segunda-feira, com as presenças do ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, do governador Jaques Wagner e do senador Walter Pinheiro, colocamos esse desafio de que agora precisamos de mais leis e de uma força-tarefa para diminuir esse número de inadimplência.

Queria só dizer a vocês que a inadimplência, na minha visão, é fruto da falta de assistência técnica, do sucateamento da EBDA e da falta condições públicas que pudessem dar o suporte aos demais agricultores familiares, e assim pudéssemos avançar.

O número de PAA em 2006, mesmo com essa dificuldade, foi de 675 agricultores familiares com projetos, e R\$ 2,6 milhões. Em 2009, já foram R\$ 12 milhões, com 5.600 projetos.

Em 2005, o biodiesel teve 375 projetos de agricultores familiares e R\$ 228 mil; pulou, em 2009, para 10.120 agricultores familiares, com R\$ 1,3 milhões. Esses números são da MDA. Wellington, nosso delegado, está ali com esses números disponíveis.

Então, queria dizer a vocês que o desafio é muito grande para todos nós: o governador Jaques Wagner, os deputados desta Casa, os secretários, os presidentes das empresas. E volto a dizer, com tranquilidade, que vocês têm na presidência da empresa, hoje, um colega que está com o sonho de reestruturar e resolver o problema da EBDA. Tenham certeza de que o secretário da Agricultura também tem esse mesmo sonho. Para mim, seria uma glória, se Deus permitir – e o governador também –, terminar o meu mandato dizendo que conseguimos, pelo menos, equalizar todos os problemas da EBDA.

Finalizando, deputado Marcelino, queria dizer que esse desafio não é meu nem de Elionaldo, é de todos nós. Talvez seja o maior desafio de nossas vidas, mas não tenham dúvida de que vamos encará-lo e conseguiremos vencê-lo. Tivemos uma conversa sincera, honesta, olho no olho, recebendo o que nos foi solicitado pelo sindicato. Nesse primeiro momento, sentamos e discutimos.



Eu e o presidente Elionaldo rodamos nesses 2 dias a Procuradoria Geral do Estado, estivemos com todos os procuradores. Fomos, sem marcar audiência, ao secretário da Fazenda para tentar ajustar recursos; depois fomos ao secretário da Administração, Manoel Vitória, para equalizar um outro ponto; em seguida estivemos com o secretário de Relações Institucionais, César Lisboa; posteriormente fomos à Casa Civil para conversar com o secretário Rui Costa. Também falamos o tempo todo com o governador Jaques Wagner. Por que fizemos tudo isso? Para conseguirmos dar esse passo neste momento importante.

Deputado Marcelino, gostaria de parabenizar todos os funcionários da EBDA e o sindicato, porque avançamos neste momento difícil. Ninguém imagina o que é esta seca que este Estado vive. Como V.Ex^a falou, deputado, a Bahia passa por um dos momentos mais difíceis da sua agropecuária. Como agrônomo, tenho 20 anos rodando cada canto desta Bahia, nunca vi uma situação como a atual. Estou há 2 anos na Secretaria e já rodei 228 municípios, tenho ido a cada canto para ouvir as demandas e ver a situação da seca, levando, inclusive, membros dessa Pasta. Fomos a Campo Alegre de Lourdes, Remanso, Casa Nova, Sento Sé, Pilão Arcado, a todo o Sudoeste, à Chapada Diamantina, à Região do Sisal, sempre ouvindo as demandas e voltando para buscar soluções.

Fui eleito, em novembro do ano passado, presidente do Conselho Nacional de Secretários da Agricultura para representar, por 2 anos, os 27 secretários da Agricultura. Temos tido reuniões com os ministros da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, com a presidenta Dilma, sempre buscando soluções para este momento difícil que passamos.

Deputado Marcelino, fomos atrás, e conseguimos, de uma solução para o problema do milho. Está faltando milho na Bahia, infelizmente, porque a supersafra no Centro Oeste... Por incrível que pareça, temos 20 mil toneladas de milho para trazer de lá e vender a R\$ 18,00, um preço subsidiado, mas não encontramos carretas. São, no máximo, de 4 a 6 por semana, não há carreta que queira, porque elas ganham mais trabalhando naquele frete das fazendas para os silos ali perto do que vindo para cá, para o Nordeste e, depois, não ter frete de volta.



Estamos buscando a venda dos animais, tudo isso é feito pela EBDA. Quem faz as DAPs para a questão da bolsa estiagem? É a EBDA. Quem emite essas DAPs? É a EBDA. Quem faz o programa do milho subsidiado? É a EBDA. Quem faz a questão da venda de ovinos e caprinos neste momento? É a EBDA. Quem faz os projetos para a emergência do Banco do Nordeste? É a EBDA. Tudo isso, digo a vocês, foi a sensibilidade do governo. Por isso, queria justamente agradecer e parabenizar vocês, porque todos vocês viram que tínhamos que avançar. E, assim, fizemos.

Sem dúvida, deputado Marcelino, neste momento, nesta semana de negociação, foi importante por causa da sensibilidade desses profissionais. Neste momento importante, em que os agricultores da Bahia passam por mais dificuldades em suas vidas, pois há um momento até de dificuldade de sobrevivência, os funcionários da EBDA, discutindo com o governo, este foi sensível, para que avançássemos. Acho que avançamos bastante nas negociações que fizemos. Houve a sensibilidade de que uma greve, neste momento, não era adequado, por uma questão até humanitária para aqueles agricultores que estão lá no campo.

Gostaria, Sr. Presidente, de agradecer a oportunidade, o convite de estar aqui. Dizer ao deputado Marcelino e a todos os presentes, tenho certeza de que o secretário de Agricultura, o governador Jaques Wagner, que, naquele momento, decidiu por tocar essa empresa, e o presidente da EBDA, que vai falar aqui para vocês, têm o compromisso, como o deputado Marcelino, como toda esta Casa aqui dos deputados, de estar buscando cada dia mais equacionar esses problemas que não são nossos, mas foram herdados por este governo, que tem a obrigação de resolver. Vamos, sim, buscar a resolução desse problema.

Muito obrigado. Boa-tarde para vocês! (Palmas!)

(Não foi revisto pelo orador.)



3753-II

Ses. Esp. 09/08/12

Or. Welliton Rezende

Sistema Público de Assistência Técnica na Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Queria agradecer a presença do secretário Eduardo Salles, que representa o nosso governador Jaques Wagner. Queria também registrar as presenças do nosso companheiro Antônio Pereira Lima Sobrinho, o Capila, que aqui representa o Condsef; da presidente da Associação dos Funcionários do INCRA, nossa companheira, Sr^a Argentina. (Palmas!)

Ouviremos agora o nosso delegado do Ministério do Desenvolvimento Agrário na Bahia, o Sr. Welligton.

O Sr. WELLITON REZENDE:- Boa-tarde, companheiros e companheiras do ATER do Estado da Bahia! Quero cumprimentar a Mesa na pessoa do deputado estadual Marcelino Galo, que organiza esta audiência e coordena estes trabalhos; o governo do Estado, através do secretário Eduardo Salles; os presidentes a EBDA, Dr. Elionaldo; os colegas do governo federal, da Embrapa; sindicalistas, representantes da categoria Sintagri; movimento do INCRA, do MDA; companheiros, nosso pronunciamento aqui, neste tema que é tão caro para a agricultura familiar brasileira, vai no sentido da reafirmação da importância que tem a ATER para articular o conjunto das nossas políticas para o meio rural. Isso foi para o discurso da presidenta, esse reconhecimento.

Temos aí um passivo histórico herdado. Primeiro, fruto de um modelo, um paradigma – vocês conhecem muito bem, serviu até em determinado momento da história deste País –, um modelo de desenvolvimento concentrador e transferidor de renda do rural para o urbano. Esse modelo se esgotou e o resultado disso foi o grande passivo ambiental, a grande crise urbana e a crise rural que nós ainda vivenciamos.

O momento chamado, hoje, de Nova ATER – vocês fazem parte dessa construção histórica – vem exatamente reafirmar que o modelo de desenvolvimento do País, implementado a partir do governo do presidente Lula e posto em prática pelo governo da



presidenta Dilma, passa necessariamente pelo novo paradigma para o campo, baseado numa nova matriz tecnológica para a rural brasileira. A visão de mundo que se persegue para o rural brasileiro foi construída dentro de um arranjo de democracia, de gestão democrática, de arranjo democrático, e os territórios participaram ativamente desse processo. Vocês também construíram isso nos debates em cada município e em cada espaço territorial do Estado, dos rincões do Brasil. O que resultou disso aí foi chamado de Nova ATER. A partir daí nós temos uma política nacional que “startou” o modelo de Estado que nós queremos hoje, que é o Estado necessário, capaz de resolver demandas efetivas da população. Nós estamos muito aquém de resolver essas demandas, é verdade. Muito aquém!

O Plano “Brasil Sem Miséria” é um desafio editado pelo presidente Lula e um compromisso assumido com toda a sociedade. No centro da articulação desse desafio de incluir 16 milhões na rota da cidadania, através de uma estratégia de inclusão produtiva, está o campo, está o rural, estão vocês servidores da ATER Pública e da ATER, de uma certa forma, num arranjo mais flexível em que a sociedade organizada participa também de forma complementar, porque passamos um longo período histórico do Brasil desmontando as nossas estruturas.

Passamos, recentemente, por um desmonte da nossa capacidade de execução de políticas públicas e de garantia de direitos fundamentais ao cidadão, através de um viés Neoliberal, de um Estado desmontado, de um Estado mínimo. O Estado, hoje, que a presidenta coloca para a sociedade é o Estado necessário, não o Estado social desenvolvimentista, em que para avançar com as estruturas é preciso repactuar com toda a sociedade, com todas as instituições democráticas deste País e com os trabalhadores. Vocês, que estão, aqui, com a pauta, atualizando a pauta das carreiras e salarial de vocês, são a atualização desse diálogo, no centro do governo, no centro da sociedade, sobre o papel e o tamanho da responsabilidade que nós temos com esse passivo e da nossa capacidade de resolvê-lo.

Nós temos uma crise do capitalismo que perpassa mais de uma década. O Brasil elaborou uma estratégia de atravessar essa crise, fizemos aí uma volta, envolvendo o Estado



numa estratégia de investimento pesado na infraestrutura interna do País. A distribuição de renda está baseada nessa estratégia, porque o País sempre figurou com altos índices de riqueza do PIB e o conjunto da riqueza dos países em desenvolvimento...

Esses indicadores econômicos, no entanto, não figuraram efetivamente no mercado interno, não foram capazes de gerar empregos, de fazer com que as populações rurais permanecessem no campo.

Essa crise se agudizou, e o que nós temos, agora, é justamente uma estratégia em que há distribuição de renda com aprofundamento das políticas de transferência de renda, como o Bolsa Família, articuladas através de um programa, pactuadas com a sociedade, com os Estados, com os municípios e toda a sociedade, fazendo com que o rural, que tem 62%, aproximadamente, dessa pobreza, se volte para o centro do modelo de desenvolvimento do País como sendo capaz de reverter essa lógica do esvaziamento do campo, da agricultura familiar incapaz de cumprir o seu papel histórico de produção de alimentos, de riquezas e de valores imateriais, com a permanência das famílias, do homem, da mulher e seus filhos produzindo no campo brasileiro.

Então, companheiros e companheiras, a tarefa hoje reeditada é de uma nova terra que permita avançar um novo paradigma, o da agro-ecologia, de uma reforma do agrário brasileiro em que os nossos assentados avancem para uma condição de agricultores familiares que possam produzir alimentos, agregar valor a essa produção acessando os instrumentos de políticas agrícolas que nós construímos num diálogo com os movimentos sociais de lutas históricas pela pauta agrária deste País. Esses instrumentos, é verdade, precisam de adaptações e melhorias permanentes, dado o contingente do diferencial regional que temos neste País.

Mas precisamos avançar com uma cultura de crédito, com uma estruturação das cadeias e dos sistemas produtivos no interior, onde estão nossos agricultores efetivamente, e avançar com uma terra diferenciada. Para cada tipo dessas diferenciações regionais quilombolas, ribeirinhos e fundo de pasto, comunidades tradicionais, este é o grande desafio do Brasil sem Miséria. Diria que é o invisível do conjunto dos nossos agricultores que estão



lá ainda figurando os nossos indicadores de pobreza. A gente diz que o Brasil sem Miséria conseguiu visualizar aproximadamente 30 mil famílias, para que cheguem e façam um trabalho de inclusão produtiva.

Além disso, tem um conjunto de brasileiros e brasileiras no rural baiano que são invisíveis ainda ao Estado. Este é o nosso desafio, o desafio da busca ativa que cada um de nós que estamos lá na ponta, vocês companheiros e companheiras da ATER poderão nos ajudar a chegar até essas pessoas, que precisam passar por um processo de formalização da documentação, para que o Estado brasileiro enxergue essas famílias.

É isso que o secretário Sales fala, é preciso mapear essas famílias e qualificar a demanda dos nossos agricultores familiares para que a pauta de decisão das políticas públicas dos nossos governos possam se tornar efetivas. O desafio é a busca ativa, não mais esperar que esses cidadãos busquem, batam às portas dos municípios e dos estados para garantir seus direitos.

Esperem os agentes políticos que fazem disputa eleitoral na ponta, continuarem fazendo política paternalista do coitadinho e do nominado. Então, cabe essa revolução a cada um de nós que estamos com a tarefa de executar essa nova terra no Estado. A provocação que a gente faz, Ministério e desenvolvimento agrário para o Estado da Bahia, é que é preciso avançarmos com o sistema, deputado. Isso é remontar a capacidade do Estado brasileiro de capilarizar e chegar à ponta e dar efetividade a essa política.

O presidente Eleonaldo está com a tarefa de organizar a empresa diante dessas dificuldades todas que vocês reeditam a cada jornada de luta da atualização dessa pauta. Construir um sistema em que o governo federal possa aportar os recursos, e a presidenta tem colocado isso, que o problema da agricultura familiar não é recurso financeiro. Colocou-se 16 bilhões à disposição no ano passado para a agricultura familiar e nós não executamos, mas aproximadamente 11 bilhões e meio.

No ano passado, nas safras 2010-2011 e 2011-2012, foram reeditados, novamente, os 16 bilhões. Avançamos pouco na execução. Mesmo assim, em relação aos movimentos, colocando o comparativo com o agronegócio, a presidenta avançou e colocou à disposição



da safra deste ano o aporte de 18 bilhões, sendo 60% para investimento e 40% para custeio. E houve mais um aporte de 4 bilhões e 200 milhões para outras ações de garantia de safra, de Seaf, de Ater diferenciada, para que este arranjo, que nós construímos no país e construímos na Bahia, possa ser efetivamente executado.

No ano passado, colocamos 900 milhões do Plano Safra do estado da Bahia. Aproximadamente, executamos 42,44% desses recursos. Isso mostra que não é recurso financeiro, mas é a nossa capacidade de fazer com que o agricultor e a agricultora familiar do nosso estado possam acessar o crédito e possam acessar as políticas públicas.

Nós estamos construindo um arranjo em que a estratégia central é o fortalecimento do cooperativismo e do associativismo como parceiro fundamental para qualificarmos o acesso a essas políticas. Não adianta estarmos, aqui, tentando, individualmente, chegar a uma solução. É preciso avançar com a cultura do associativismo, da economia solidária e do nível de organização para que os nossos empreendimentos possam se viabilizar dentro da estratégia de acesso a mercados.

Então o desafio posto, senhores, senhoras, companheiros e companheiras deste ambiente da agricultura familiar e do agrário baiano, é avançar para um sistema de Ater em que possamos dar autonomia ao estado baiano como também dar autonomia às estruturas que executem a política de Ater no estado.

O MDA não tem capacidade e capilaridade para continuar elaborando chamadas públicas para cumprir com esta tarefa. Nós chegamos ao limite da nossa capacidade operacional. Fizemos isso porque os estados foram desmontados em sua capacidade de executar. Nós assumimos a tarefa e o desafio de fazer. E temos feito. Não fomos e não estamos sendo omissos diante dos desafios e do passivo.

Mas é preciso que esta parceria aconteça e está acontecendo. O estado da Bahia está fazendo o seu dever de casa, porque avançou com a política. Parabéns ao governo do estado. Estão de parabéns esta Assembleia através dos deputados representantes da agricultura familiar. Estão de parabéns todos os agentes e atores organizados da sociedade



que fizeram com que esta pauta se renovasse, atualizasse e viesse para a agenda de decisão de nossos governos.

A ideia é a de que este debate volte para o Condraf. Está aí a agência, a empresa a ser editada para dar atenção com todos os cuidados que devemos ter. Em 2003, nós avançamos com a Ater para a agricultura familiar, porque tivemos, no âmbito do ministério, um departamento, uma diretoria com foco na Ater. Insuficiente, mas os números têm mostrado a nossa capacidade de ter avançado. E esses mesmos números foram postos aqui.

Para finalizar, senhores, nós temos o grande desafio de avançar com a nossa estruturação do Plano Estadual de ATER, de voltar com este debate, talvez com uma provocação, para que avancemos com esta autonomia dentro do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável de um fundo de ATER. É esta a provocação, deputado, qual seja, a de que nós avancemos com um fundo estadual de Ater para que o governo federal aporte recursos, a fim de que o arranjo Estado possa ser executado pela capacidade instalada dentro de um arranjo que melhor atenda as necessidades da agricultura familiar na Bahia. Acho que com isso nós passamos a fazer um processo de fortalecimento dos nossos arranjos, das nossas estruturas e instituições que cumpriram um papel no passado e devem se renovar.

Entendo que a EBDA, o INCRA, a CDA, todos os órgãos ligados à agricultura familiar do Estado devem se renovar, se atualizar nesta pauta, que é a central do Brasil hoje: o seu desafio pró-rural brasileiro e pró-rural baiano. Atualizar e fazer esse alinhamento é necessário e fundamental para que todas as nossas políticas que existem e estão aí possam ser integradas resultando efetivamente na inclusão produtiva, na melhoria da qualidade de vida dos nossos agricultores familiares. E que realizemos a visão de mundo que estamos construindo para esse rural baiano, esse rural brasileiro.

Então, a todos vocês parabenizo pela compreensão da fragilidade deste momento que o País está passando devido `a conjuntura de crise que atravessamos. E igualmente pela opção que fizemos de uma estratégia para formar um mercado interno capaz de atravessar



esta crise redistribuindo renda para aquela parte da população que fora extremamente excluída durante o processo histórico.

Avançamos com a mudança na pirâmide deste País. Saímos com 30%, nos últimos oito anos, da classe média e temos aí agora uma classe média em torno de 80%. Houve uma ascensão da base da categoria C e também uma compressão da pirâmide. Os bancos estão também pagando a conta. Ainda não estão pagando no tamanho certo, mas estão pagando. Os *spreads* bancários são exemplos de transferência de renda também.

Esse é o pacto, o diálogo que todos nós temos de fazer na sociedade. Quanto podemos e devemos pagar por essa conta para que os nossos companheiros e companheiras, cidadãos e cidadãs que tiveram negados os seus direitos, possam ser atendidos nesse processo da renda de inclusão produtiva no Estado brasileiro.

Um abraço a todos e parabéns pelo nível de organização da jornada de luta de vocês! Quero dizer que nós estamos de um lado da mesa, mas conscientes e solidários à legitimidade da pauta de vocês, reafirmando que no Estado democrático de direito esse nível de maturidade e compreensão de articulação dessa pauta nos faz saber qual o limite das nossas capacidades operativas no Estado para se avançar em determinado momento histórico da nossa realidade. Isso é fundamental à consolidação deste projeto democrático e popular que está em curso.

Obrigado e boa-tarde.

(Não foi revisto pelo orador.)



3754-II

Ses. Esp. 09/08/12

Or. Domingo Haroldo

Sistema Público de Assistência Técnica na Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Quero agradecer ao delegado Sr. Wellington.

Dando continuidade para que possamos fazer uma abordagem ampla desta temática, convido o nosso companheiro Domingo Haroldo, que é diretor da Embrapa, foi nosso contemporâneo da Escola de Agronomia e era o melhor aluno da turma. Hoje se vê como um patrimônio da sociedade brasileira a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, uma produtora de conhecimento, tecnologia e serviços fazendo a revolução na agricultura.

O Sr. DOMINGO HAROLDO:- Muito obrigado, deputado.

Com muita satisfação estamos representando a Embrapa nesta audiência pública de tanta importância. Parabenizamos o deputado Marcelino Galo pela iniciativa e cumprimos em nome da Regional o presidente da EBDA e Eduardo Sales, o nosso secretário, assim como todos os outros componentes da Mesa.

Senhoras e senhores, amigos, companheiros de labuta na agropecuária da Bahia ao longo das últimas décadas, realmente é uma grande satisfação estar aqui pela primeira vez tendo a oportunidade de falar da tribuna da Assembleia Legislativa é algo novo para mim, pois nunca fui político; sou técnico e pesquisador. Mas é com satisfação que estou aqui.

Quero me solidarizar com nossos colegas da EBDA. Afinal, sou um produto da EBDA, ou da EPABA, como era chamada na época. Logo depois que me formei, com muita honra, na Escola Agrônômica de Cruz das Almas, hoje Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, fui contratado pela então EPABA, já lotado em Cruz das Almas. Só 3 anos depois fui efetivamente contratado pela Embrapa. E estamos lá até hoje trabalhando em pesquisa agropecuária, com fruticultura e mandioca.

Por diversas vezes trabalhamos em gestão de pesquisa dentro da Embrapa, e há pouco mais de 3 anos estamos com essa responsabilidade na direção geral da Embrapa



Mandioca e Fruticultura, em Cruz das Almas. Muito recentemente fomos indicado pelo presidente da Embrapa, Dr. Pedro Arraes, para representá-lo como suplente no Conselho de Administração da EBDA, o que estamos fazendo desde então com muita honra.

Aos poucos estamos tentando compreender todas essas dificuldades que vocês relataram hoje e que são sempre relatadas nas reuniões do Conselho de Administração. Tentamos compreender e ver de que forma poderemos ajudar, levando esses problemas também para a alta direção da Embrapa, que tem se pronunciado a favor da reconstrução da extensão rural em nível federal. Como Manoel Saraiva e outros destacaram, esse movimento já está em curso e o vemos com bons olhos.

Trabalhamos em pesquisa. Já foi dito aqui que o investimento em pesquisa tem um retorno muito alto, de 1 para 4. Na realidade, os balanços sociais da empresa têm mostrado, a cada ano, retornos de 1 para 13, 14, 15. Caiu recentemente de 1 para 9 devido, talvez, aos altos investimentos do PAC feitos na empresa, de modo que os custos se elevaram e os impactos ainda não aconteceram. Por isso, essa proporção foi um pouco reduzida, mas ainda está de 1 para 8. Portanto, está claro que o investimento em inovação tecnológica é altamente rentável e necessário para o nosso Estado e para o nosso País.

Mas pesquisa sozinha não resolve. A imagem que a Embrapa construiu não foi através de números de publicações científicas, técnicas ou aparecimento em congressos. Ela a construiu porque conseguiu mostrar e provar que suas pesquisas têm tido impacto efetivo no campo. E esse impacto efetivo não depende só da pesquisa; depende, sobretudo, da assistência técnica rural eficiente e eficaz. Então, sem uma boa parceria da assistência técnica da extensão rural no Estado da Bahia, especialmente da EBDA, as pesquisas não chegam aonde deveriam.

Citarei um exemplo de Itaberaba, onde pessoalmente tenho trabalhado junto com os companheiros da EBDA ao longo dos últimos 20 anos. Devido ao grande trabalho que os colegas têm feito, à boa organização e a um grupo gestor reunindo todas as instituições envolvidas na cadeia produtiva, houve uma evolução bastante acentuada da cadeia produtiva, que saiu de uma inexpressividade para hoje constituir o maior polo produtor de



abacaxi do Norte e Nordeste do País, e o maior do Semiárido brasileiro, com uma renda geral em torno de R\$ 100 milhões por ano.

Para finalizar, gostaria de dizer o seguinte: as reivindicações, seguramente, são justas, embora eu não tenha a compreensão completa de toda a situação. É um problema histórico, sabemos disso, mas, também, acho que a paciência dos colegas vai diminuindo cada vez mais, porque há tanto tempo que se está esperando por resultados concretos (Palmas).

Esses três anos de contato com a Secretaria da Agricultura, especialmente nos últimos dois anos com o Dr. Eduardo Sales, com Eleonaldo na EBDA, os companheiros da EBDA, na direção, olhando o lado agora dos gestores, tenho certeza de que nunca houve um terreno tão fértil para diálogo e para os avanços.

Estamos também sentindo que na Assembleia Legislativa, embora eu não tenha acompanhado tão de perto, hoje existe um interesse muito maior pelo que está acontecendo no campo e na agricultura, tanto é que recentemente alguém falou aqui que foi aprovada a nova lei de assistência técnica para o Estado da Bahia, que, certamente, é um grande passo para a frente.

Então, vejo que existem grandes possibilidades de se avançar agora. Eu não conheço nada de Orçamento, não sei onde está o dinheiro para pagar, não sei nada disso, mas sei que investimentos estão sendo feitos, esforços estão sendo feitos para melhorar a infraestrutura da EBDA. Tenho visto isso nos últimos anos, claro que ainda é pouco, muito mais precisa ser feito, mas tenho esperanças, realmente, que com a boa vontade de todos, com esforço e também com a boa vontade do nosso grande governador Jaques Wagner, possamos avançar e, quem sabe, se a gente retornar daqui a um ano, dois anos para uma outra audiência pública, a EBDA esteja numa situação muito melhor. Esse é o meu desejo.

Obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



3755-II

Ses. Esp. 09/08/12

Or. Eduardo Rode

Sistema Público de Assistência Técnica na Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Agradecer ao Dr. Domingo Aroldo, já que ele está falando como deputado, quando deputado fala ali tem tempo, aí apitam.

Vamos quebrar um pouco o protocolo e abrir a palavra a um representante dos companheiros funcionários do INCRA para que se manifeste pelo tempo de 3 minutos. Quem é o representante? O Alberto? Já está aqui no plenário? Então vamos fazer o seguinte: vamos passar a palavra agora ao nosso representante do Crea, o Eduardo Rode, enquanto o representante do INCRA se prepara.

O Sr. EDUARDO RODE:- Eu gostaria de saudar o deputado, engenheiro agrônomo, Marcelino Galo e parabenizá-lo pela iniciativa; o nosso secretário, engenheiro agrônomo, Eduardo Sales, em nome de quem saúdo todas as demais autoridades. Eu gostaria também de saudar o nosso ex-presidente do Crea, o engenheiro agrônomo Jonas Dantas, aqui presente, e venho aqui para trazer aos senhores o apoio irrestrito do Crea a essa causa.

É importante a gente ressaltar que no mês de abril a Câmara de Agronomia do Crea, já preocupada com essa situação toda, convidou o deputado Marcelino Galo, o superintendente de agricultura Familiar da Secretaria da Agricultura para participarem de uma reunião lá no conselho para discutir toda essa problemática vivenciada pela assistência técnica e extensão rural do Estado da Bahia.

Todas as autoridades que aqui me precederam ressaltaram a importância do trabalho da assistência técnica nas políticas públicas voltadas para o meio rural. Então, se eu falar qualquer coisa nesse sentido é chover no molhado. Acho que a mensagem que a gente tem que trazer para este momento e o que há, parece-me, de diferente nessa situação é que temos homens públicos aqui que são da nossa categoria profissional que estão à frente do processo.



Nós temos aqui o colega Eleonaldo, que é ex-conselheiro do CREA – conhecemos há muitos anos, tivemos alguns embates na Câmara de Agronomia em torno de atribuições profissionais –, temos o deputado Marcelino Galo, capitaneando essa ação, esse meio-de campo com a Secretaria, e o nosso próprio secretário. Então, acho que são homens que estão aqui dispostos a resolver essa situação, e temos que colocar a nossa fé que eles terão a capacidade de conduzir esse processo, e, infelizmente, precisamos dar tempo a eles. Sabemos que todos os senhores já estão desgastados com esse processo, talvez descrentes, mas temos, creio eu, um momento ímpar com essas lideranças à frente conduzindo essa negociação junto ao governo.

Então, a nossa colocação é de apoio irrestrito a esse processo todo e colocamos à disposição o CREA para intermediar e apoiar essa negociação.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



3756-II

Ses. Esp. 09/08/12

Or. Argentina Lopes

Sistema Público de Assistência Técnica na Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Agradeço as palavras do representante do CREA.

Agora vamos ouvir, representando os funcionários do INCRA, dona Argentina Lopes, que é presidente da Associação dos Funcionários do INCRA.

Antes, pergunto: ainda tem alguém presente que é fiscal federal? (Pausa) Não, acho que os companheiros...

Com a palavra a Sr^a Argentina Lopes, que está aqui dando apoio a esta sessão.

A Sr^a ARGENTINA LOPES:- Boa-tarde a todos e a todas. Quero parabenizar a Mesa na pessoa do Exm^o Deputado Marcelino Galo, por nos dar esta oportunidade neste momento. Quero falar também como delegada de Barra do Sintsef e representante dos servidores, como ele já falou. Tudo que foi falado aqui é muito importante: a assistência é uma atividade importante para a reforma agrária ao atender milhões de famílias dos assentamentos de reforma agrária no Estado da Bahia. Todas as políticas públicas que foram faladas aqui são muito importantes, mas é necessário que haja órgãos de ponta, como o INCRA – no momento é o que estou lembrando agora – e os técnicos que lá se encontram.

Estamos em greve também desde 26 de junho por melhores salários para poder realizar um bom trabalho para quem vive na área rural, principalmente na agricultura familiar. Também temos representantes aqui da Condsef, da nossa Confederação no nível nacional, o Capília.

Muito obrigada e uma boa-tarde a todos.

(Não foi revisto pela oradora.)

**3757-II****Ses. Esp. 09/08/12****Or. Elionaldo Faro Teles****Sistema Público de Assistência Técnica na Bahia.**

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Quero agradecer a nossa representante dos servidores públicos do INCRA. E agora, como era aguardado, vamos ouvir uma personalidade que é fundamental nesse processo, ele que é servidor dessa empresa há bastante tempo, conhecedor da questão militante, também nas causas dos trabalhadores, foi membro da CUT, fundador do Partido dos Trabalhadores, ele que está com essa tarefa um pouco árdua. Mas vamos ouvir agora o presidente da EBDA, o nosso companheiro Elionaldo Faro Teles, muito conhecido por vocês.

O Sr. ELIONALDO FARO TELES: - Boa-tarde a todos e a todas, quero saudar o deputado Marcelino Galo, falar da significativa importância desta sessão para todos nós, para nós, inclusive, que somos da diretoria da empresa, saudar a representação do CREA, companheiro que conheço há bastante tempo, sabe como gosto do debate, como é tão importante para que a sociedade ande, saudar Cleiton, o nosso ex-funcionário, quem sabe futuro. Saudar Domingos, que é o nosso conselheiro agora, é importantíssima a fala dele aqui para falar da relação estreita que temos construído com a Embrapa em nível nacional, mas também especialmente na Bahia e em todo o Nordeste. Quero saudar o nosso representante Manoel Saraiva, da Faser, saudar Wellington Hasegalli, e por fim saudar o nosso presidente do sindicato, Brito, com quem temos, nestes últimos quatro dias, conversado bastante.

Primeiro, queria dizer que alguns presidentes da empresa tinham dificuldades de falar com o sindicato. Eu entendo que o sindicato é base fundamental para a transformação da sociedade, sem o sindicato atuando forte, portanto, sem o funcionário consciente das suas relações políticas do que é que nós estamos construindo para a empresa e para a sociedade, nós não temos avanço, por isso temos tido uma postura muito significativa e importante na atenção, ainda não na medida em que a gente precisa ter. Raimundo Costa nos lembrou



ontem à noite, quero registrar aqui, que as negociações continuam. Aceito, sim, a sua intervenção de ontem, e nós precisamos então conversar muitas outras situações que ainda não tiveram um tratamento devido e necessário.

A EBDA é uma empresa que se encontra num quadrante, numa situação muito complexa, e se o sindicato e o nosso corpo funcional não compreenderem isso, também teremos dificuldades, porque, às vezes, há intervenções de todas as matrizes que desfilaram aqui com visões completamente diferenciada. Falo hoje como gestor, e é muito mais difícil, porque quero ser fiel ao corpo funcional, do qual faço parte há 30 anos, e quero ao mesmo tempo ser fiel aos movimentos sociais, a sociedade e ao agricultor familiar, que, às vezes, a gente não destaca e não chama a atenção.

Sou da empresa do tempo em que tinha chefe e que muitos ainda têm saudade. A gente tinha chefe e era chefiado devidamente, ainda não rompemos de todo com alguns problemas incrustados aí, e que temos de alguma forma modificar. O universo de atendimento que o governo federal e o governo do Estado têm é outro, é atender a todos, e é um paradigma completamente diferente de ontem, que não pensava nesse universo de todos, pensava em parte e em alguns Estados da Federação, pensava em alguns segmentos apenas, ainda hoje alguns pensam assim. Nós pensamos diferente e defendemos também até a oficial, porque entendemos que ela trabalha pelo caminho do desenvolvimento no Estado que ainda tem mais de um dízimo de pessoas que não sabem ler e escrever.

Portanto, desde a assunção, em 2010, da nova lei de Ater, em nível federal, de que a assistência técnica é educação não formal, nós temos uma tranquilidade maior para começar a trabalhar.

Eu queria fazer este preâmbulo, apenas, para dizer que me sinto muito à vontade neste processo e neste procedimento. Recepcionei, de maneira calorosa, na estrutura da nossa empresa, com as dificuldades que todos conhecem que a gente tem. Mas, acima de tudo, nós precisamos, definitivamente, resolver a nossa situação.

Começamos a dar pequenos passos agora para que nós resolvamos então e o governo, efetivamente, se sinta mais ainda sensibilizado. E eu quero ser o elo neste processo



de transformação que a gente precisa fazer para a EBDA. Sei que ainda são muitos os insatisfeitos.

Mas tenho obrigação de dizer publicamente que a estrutura da nossa empresa, em Salvador, tem 75% de terceirizados. Portanto não consigo ainda, em determinadas situações, viabilizar com rapidez, com legalidade, com garantia de segurança algumas modificações que são necessárias ser feitas, não somente com o corpo técnico, mas também com o corpo administrativo. E é a herança que a gente está tendo com muitas dificuldades para poder soerguer ainda mais e dar a importância que a gente precisa ter.

Nos próximos dias, teremos uma reunião da diretoria com todo o movimento social rural da Bahia. O Fórum Baiano de Agricultura Familiar já teve reunião conosco e já tem uma avaliação sobre a nossa empresa. Fez, primeiro, comigo e fará, também, com a diretoria para, depois, fazer com o complexo da agricultura familiar que seria a CAR, CDA, SUAF, BahiaPesca e ADAB.

Nós chamamos de complexo da agricultura familiar, porque existem muitas políticas para a agricultura familiar que têm de estar articuladas. Então é necessário fazer essas conversações juntos para que tenhamos, no futuro bem próximo, melhores condições de atendimento a esta população.

Quero, ainda em tempo, registrar a presença de nosso diretor administrativo, o Dr. Avena. O Dr. Marcelo foi para Irecê, porque, amanhã, tem uma reunião importantíssima daquele programa do Desenbahia, o Terra Fértil, pois inúmeros agricultores daquela região têm sérios problemas com o crédito. E o Dr. João Bosco tinha uma atividade de preparação de uma reunião para amanhã na secretaria.

Para continuar, qual o trabalho para o futuro que a gente tem da nossa empresa? Quero ser sintético e rápido. Nós constituímos, a partir da assunção, um ano e dois meses agora, um retorno às estruturas do governo. A nossa diretoria anterior não estava presente nas reuniões que aconteciam na Serin, na Saeb, na Casa Civil e na própria Secretaria da Agricultura.



Nós estamos com um trabalho de construção de uma cultura, mais uma vez, de dizer que nós somos um organismo importante e significativo pela capilaridade que temos e pela resolutividade que esta empresa pode viabilizar ainda mais. E isso tem sido feito com algumas dificuldades em alguns dos escritórios que a gente tem na Bahia.

O Dr. Aroldo, há pouco tempo, está em nosso Conselho de Administração e tem percebido a nossa preocupação de reestruturação ainda, pensando em um planejamento que efetivamente nós esperamos ter a partir da aprovação que aconteceu no final de julho agora do novo organograma da empresa.

Está aprovado pelo COP. Nós temos um processo de implantação de uma nova estrutura organizacional na empresa que vai carecer, evidentemente, de um processo de discussões internas para a sua implementação, com o estabelecimento de procedimentos que são tão importantes. Queria fazer, rapidamente, um pano de fundo para tratar dessa questão.

Queria ainda parabenizar o sindicato, formalmente, pela forma e pela postura, até mesmo da apresentação dos números da política pública na Bahia em nível nacional.

Vejam, quando a gente quer mudar as condições de nosso trabalho já que a gente é servidor público, eu não acredito em mudança sem a gente focar no público que a gente tem de assistir diretamente que é o agricultor familiar. E sei nós temos briosos, valorosos e comprometidíssimos companheiros, em toda a Bahia, que fazem isso diuturnamente, inclusive sábados, domingos e de madrugada.

Mas nós temos graves e sérios problemas ainda para justificar e demonstrar isso. E eu me debato com essa situação hoje na diretoria para que a gente possa prestar conta a quem nos financia. A Bahia é 25º Estado da Federação em arrecadação *per capita* do Brasil. A Bahia produz e tem menos receita do que o Estado de Sergipe em termos *per capita*. Portanto qualquer capacidade de investimento tem que vir do governo federal. As emendas, os convênios, a celebração que a gente tem feito com as chamadas públicas têm que ser do governo federal. Poque efetivamente desfilou aqui alguns dos programas importantes, Wellington disse, e o EDA tem sido fundamental nesse procedimento.



Queria, não contraditar mas problematizar porque esse debate vai continuar, sem os Redas, sem o pacto federativo, teríamos fechado as portas. Inexoravelmente, se não tivéssemos esses Redas e o pacto federativo, temporariamente, teríamos fechado as portas. Posso levantar os relatórios de região por região para ver qual a situação que a gente se encontra em algumas atividades significativas e importantes da nossa empresa. Não estou defendendo a permanência disso, ao contrário, defendo também que caminhemos e consigamos, num futuro bem próximo, com o nosso governo, e acredito que vamos conseguir, o concurso necessário. Mas, evidentemente, só para voltar ao turno de oito horas, eu estou trabalhando para isso, são mais 30% na folha, só para esse nível que a gente vai assinar o acordo de hoje para amanhã, são mais 10 milhões na folha. Só para pequenas modificações, a gente tem que fazer conta. É isso que a gente fez ontem o dia inteiro com o secretário, como disse aqui Eduardo Salles. E, ao contrário, a minha obrigação, como presidente da empresa, é dizer a cada servidor o que estou dizendo aqui publicamente, porque vai ficar nos Anais da Assembleia, para que toda a Bahia conheça. Nós também temos uma responsabilidade social de prestar conta para a sociedade baiana.

Então, Manoel, não tem nenhum problema, eu absorvo, porque sou membro do governo e, nessa condição, tenho que absorver as críticas de 10 anos ainda pela reestruturação, a não possibilidade ainda de a gente dizer que a nossa empresa está plenamente saneada, a dificuldade que a gente tem ainda nos processos e procedimentos para que a gente seja o primeiro em algumas ações do governo federal na Bahia. Nós reconhecemos tudo isso, mas, entretanto, precisamos também estabelecer esse nosso projeto estadual de uma única empresa que tem os seus regionais, que tem os escritórios locais e os seus técnicos cômicos dessa responsabilidade maior.

E esse debate aqui é público, e se é público e proposto pelo sindicato é para que a sociedade os conheça e tem possibilidade de saber quais os encaminhamentos que a gente tem feito para que a gente consiga resolver os graves e sérios problemas que a gente tem. E não vamos negá-los aqui.



Então teríamos um processo, e foi dito aqui pelo sindicato que o PDV não tinha nem pé nem cabeça, E eu queria dizer, com toda a clareza e tranquilidade, que o Dr. Carlos Martins fez uma conta da possibilidade real que tinha o governo e a proposta de PDV remontaria 80 milhões de reais. E era, segundo o Dr. Carlos Martins, secretário, a possibilidade que o governo tinha. Evidentemente que desse PDV apenas 44 servidores aceitaram. E nós sabíamos que se não tivesse uma aceitação de no mínimo 50% a gente não iria prosseguir com uma proposta como essa que não teria interesse para os servidores. Mas, ao mesmo tempo, urge uma solução, porque a média de idade que a gente tem na empresa é da ordem de 60, 63 anos.

Então eu tenho a exata dimensão, e fiquei de cabelo branco mais rápido do que eu pensava, muito mais rápido, dos problemas que a gente tem. E o respeito e o carinho que eu tenho por cada um, gente até me olhando diferente, não tem diferença, porque eu sou servidor da Casa. Eu não sou daquelas pessoas que vai ter dificuldade de sair amanhã da empresa, se a gente tiver qualquer tipo de problema na defesa do que a gente acredita. Mas também tenho a obrigação de falar da relação com a sociedade que, às vezes a gente esquece, e às vezes as marcas destes 30, 40 anos nos trazem situações que tenho vivido de uma forma que não gostaria. Tenho recebido no meu gabinete pessoas que vêm dos mais longínquos lugares do Estado por problemas localizados que, às vezes, temos de tratar aqui em Salvador, e evidentemente temos de assumir essas dificuldades que temos e esses problemas que vamos passar.

Queria dizer que para os anos de 2013 e 2014 temos uma grande novidade. Por isso, não faltam recursos para aplicação em combustível, diárias, infra-estrutura. Mas estamos garroteados pelo limite prudencial. Evidentemente, este movimento nesta semana nos faz conversar aprofundadamente com a SAEB. Irei lá assim que acabar a sessão. Temos só do BIRD 25 milhões de reais para aplicar, e isso já está no PPA, no orçamento plurianual para os próximos três anos. Então temos 25 milhões em 2013, mais 19, 20 milhões para 2014, o que é uma garantia da execução orçamentária porque já está na lei. Portanto, se fosse o caso, não teria dificuldade em dizer que não tem recurso. Mas o nosso problema é



evidentemente a questão de pessoal. Esperamos e queremos, efetivamente, que evolua no sentido de resolvermos algumas situações específicas.

Como dizia, pensamos primeiro. E pensamos em poder falar publicamente na questão de pessoas que do ponto de vista até físico não têm mais condições de exercer as atividades laborais do dia a dia, o que é um processo normal e natural. Disso falava um pouco Eduardo, e eu queria falar mais amiúde.

Com o PDV nós poderíamos, de alguma forma, tratar dessa questão que não funcionou. Vamos ter de insistir ainda nessa negociação e tentar avançar. Iríamos tratar, depois dessa reestruturação da empresa, do organograma que já aprovamos e conseguimos. Queria fazer só um parêntese: quando cheguei na EBDA, havia 4,5 anos de discussão dessa nova estrutura e não se chegava a uma solução. Cheguei em junho. Colocamos na SAEB em dezembro, depois de afinarmos de novo uma discussão interna com a diretoria e os espaços da empresa, a nova estrutura. Desde janeiro estava na Secretaria, e vimos caminhando, encaminhando, buscando a solução. No mês de julho está aprovada essa nova possibilidade de constituirmos.

Então, a discussão que pensamos neste momento, agora, é esse retorno `as 8 horas. E já vejo que tem no corpo funcional uma série de funcionários que não querem, não têm mais interesse por questões óbvias. Algumas pessoas já trabalham em outro turno. Vamos ter de achar a melhor solução. Mas como gestor da empresa digo a vocês que fui extensionista durante 24 anos, e é impossível em 6 horas a pessoa prestar assistência técnica de extensão rural, porque não são suficientes essas 6 horas. Quem o faz hoje trabalha muito mais horas, às vezes sem receber diária. Eu sei disso, e a nossa preocupação encerra-se aí.

Há o interesse da sociedade, há o interesse da empresa e do próprio corpo funcional que temos de ter. Então era outro, vamos dizer assim, estandarte de luta que buscamos dentro do próprio governo. Depois teríamos de constituir, a partir do novo organograma, o novo Plano de Cargos e Salários para afinarmos a possibilidade da produtividade. Isso inclui uma outra questão que queremos perseguir: a de viabilizar o concurso público, que é indispensável.



Por essa razão quero dizer aqui, claramente, que considero a ação e o movimento sindical como importantíssimos no processo de fazer andar na sociedade os interesses do agricultor familiar baiano, porque ainda temos, como disse muito bem Manoel, um percentual de alguns milhões que não estão inscritos no Bolsa Família. Temos uma parceria estreita com a Sedes, mas eles ainda não estão inscritos e não têm nenhum tipo de assistência. Evidentemente deveremos discutir essa questão.

Mas do sindicato ninguém falou até agora, e queria chamar a atenção para isto: qual a assistência técnica para a agricultura familiar? Qual o tipo padrão que vamos ter para os 3 biomas da Bahia? A assistência técnica que faço no Extremo Sul é a mesma que faço na região do Sisal? A assistência técnica que faço em determinadas regiões do Estado será a mesma, com o mesmo padrão? Então, também precisamos discutir a assistência técnica que queremos constituir em áreas, por exemplo, como a de Feira de Santana e Alagoinhas, que são minifúndios e que é a EBDA que tem que ter esse padrão de atendimento para o Estado.

Eu sou do tempo, como técnico, que éramos nós, Dourado, que dizíamos para o banco qual os cortes suficientes de produção para determinadas culturas. Agora, fazemos o inverso. Nós não temos sido órgão técnico que apresenta do ponto de vista tecnológico, dos avanços da tecnologia, aquilo que temos mais interesse.

Então, quero dizer com muita clareza, com muito poder de afirmação, que quero ser um catalisador, quero buscar essa relação de entendimento junto ao governo, quero ser digno daquilo que estou dizendo aqui no trabalho, no dia a dia, mas quero dizer para meus colegas de trabalho, que não é simples, não é fácil.

Temos graves e sérios problemas, evidentemente, questões mais aprofundadas em relação a isso eu prefiro ter dentro da própria empresa, mas saúdo aqui a todos, pela distinta postura de todos, a preocupação com a continuidade dessa empresa e diria a você que na Bahia a nossa empresa não acabou e quero dizer de viva voz, por conta dos nossos companheiros trabalhadores todos da empresa que, historicamente, sempre tiveram a relação muito direta entre a população da Bahia e os agricultores e seu trabalho no dia a dia.



Não foi fruto de intervenções de outros quaisquer políticos, ao contrário, sofremos com o presidente de então, e não cabe aqui dizer, que 50% da empresa, como falou alguém aqui, fecharam seus escritórios. Nós tínhamos 300 escritórios na Bahia, praticamente. Hoje temos apenas 134, com mais 80 ou 90 Pavans. Então, temos uma diminuição significativa. Esse rápido diagnóstico, porque não preparei, não estruturei essa intervenção. Os problemas são mais aprofundados em determinados momentos, do tipo que quer aqui fazer uma referência muito especial a Dinorá e a Dourado, a Décio e a Brito, que temos tido contato mais direto.

Por que? Temos 10 processos na EBDA e faço questão de contar, processos trabalhistas, Dourado, em que não sei porque motivo, a lista alfa da empresa foi colocada nos processos. A lista alfa, o que é mesmo? Todos os funcionários da empresa, quem é da casa, quem não é da casa, quem elaborou, quem trabalhou, quem não trabalhou, quem apenas passou um ano na empresa, está nessa lista. Então, você gera um cadastro unificado da unidade EBDA, apesar de ser ligado com a secretaria. Pois é, temos 10 processos que remontam 90 milhões de reais, e tem um processo, por exemplo, que tem 20 beneficiários. Dos 20, apenas 4 são da EBDA.

Só esse processo dá mais ou menos 22, 23 milhões de reais. Qual é a nossa luta? Mostrar para o juiz que aquelas pessoas que estão ali no processo não fazem jus àquele recurso e o juiz, no primeiro momento, aqui cedeu. Aí, entra o advogado e consegue dizer que a relação é com o advogado e não com a empresa ou o sindicato. Desconsidera inclusive o sindicato, penalizando duramente o estado e a todos nós. Porque, efetivamente, somos nós que vamos deixar de ter um tipo de recurso para aplicar na própria empresa.

Mas, quero dizer isso aqui porque o sindicato, Dinorá e Dourado, assinaram a petição e publicamente Brito e Décio também, nos disseram que nos dias 15 vamos numa audiência pública onde o próprio sindicato vai dizer que reconhece as pessoas que são e as que não são da empresa, temporariamente.



Esse é um dos muitos problemas que a gente tem enfrentado, mas com a alegria que Deus nos dá todos os dias de pensar, que o agricultor familiar é, de fato, o grande objeto de trabalho que a gente tem que fazer.

Muito obrigado à oportunidade de estar aqui falando para vocês. (palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



DL-02

Ses. Esp. 09/08/12

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Muito obrigado em nome do Poder Legislativo da Bahia, agradeço a presença das autoridades civis, militares, eclesiásticas, dos Srs. Deputados, da imprensa e declaro encerrada a presente sessão. Agradeço a todos vocês, funcionários, tenham boa sorte. Desculpem, mas é o protocolo que é assim. Quem tiver perguntas , por favor, dirija-se a Mesa Diretora. Mas, é a organização da sessão.

Então, muito obrigado a vocês, tenham boa sorte e tenham certeza de que a luta continua. Viva os trabalhadores da EBDA.